

EXTRATO DA ATA DA 462ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Aos 19(dezenove) dias do mês de maio de 2023, às 10:00h, ocorreu a 462ª Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal da Eletros, por meio do link de videoconferência da plataforma Google Meeting, em razão modelo de trabalho híbrido, com a participação dos Conselheiros Fiscais Efetivos, Elizabeth Teixeira Miliente Ribeiro (Presidente), Alessandra Lemos de Souza e João Vicente Amato Torres, e participação do Conselheiro Suplente Dan Abensur Gandelmanem substituição ao Conselheiro Efetivo Ailton Andrade, que justificou sua ausência. Tendo sido verificado e superado o quórum mínimo previsto no art. 45, § 2º do Estatuto da Eletros, a reunião do Conselho Fiscal da Eletros –CFE teve início para tratar do assunto constante da Convocação.

1) Manifestação do Conselho Fiscal – Emissão do Relatório de Controles Internos, conforme preconiza o artigo 19 da Resolução CGPC nº 13/2004 - O relatório de manifestação foi aprovado, passando a fazer parte integrante da presente Ata.

2) Assuntos Gerais – Não houve.

Informes da Secretária –Não houve.

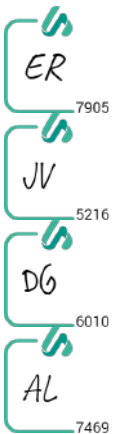
Tema Livre –Não houve.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal deu por encerrada a reunião e solicitou a mim, Ivania Knupp Araujo, que a secretariei, que lavrasse a presente Ata, a qual lida e aprovada, é assinada pelos Conselheiros Fiscais presentes à reunião.

Observação: A Ata original assinada está arquivada na Eletros



RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL
JANEIRO a DEZEMBRO de 2022



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Rua Uruguaiana, 174 - 5º, 6º e 7º andar

Rio de Janeiro - Brasil - CEP: 20050-092

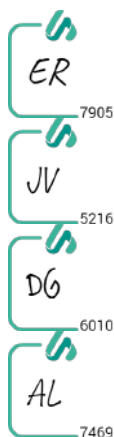
Tel: (21) 2179 - 4700 - www.ELETROS.com.br

Observação: O documento original assinado está arquivado na Eletros.



Sumário

1. Introdução.....	3
2. Acompanhamento da Regularidade da Habilitação, Certificação e Qualificação para o Exercício de Cargos ou Funções na ELETROS.....	4
3. Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento.....	11
4. Resultado dos Planos.....	12
5. Custos com a Administração dos Investimentos.....	18
6. Contingências – Passivos e Ativos Contingentes.....	19
7. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais.....	25
8. Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária.....	29
9. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade.....	38
10. Governança e Planejamento Estratégico:.....	59
11. Recomendações do Conselho Fiscal.....	60
12. Conclusão.....	61
13. Documentos de Referência.....	62
14. Glossário de Termos.....	63



1. Introdução

A Resolução nº 13 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), de 01 de outubro de 2004, estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar – EFPC.

Neste contexto, o artigo 19 da Resolução CGPC nº 13/2004, dispõe:

"Da Manifestação do Conselho Fiscal

Art. 19. Sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o conselho fiscal emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo:

I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;

III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Parágrafo único. As conclusões, recomendações, análises e manifestações referidas nos incisos I, II e III do caput deste artigo:

I - devem ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do conselho deliberativo da EFPC, a quem caberá decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas;

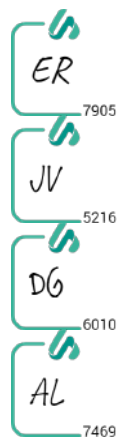
"II - devem permanecer na EFPC, à disposição da Secretaria de Previdência Complementar, pelo prazo mínimo de cinco anos."

Adicionalmente, o artigo 7º da referida Resolução dispõe:

Art. 7º. "A estrutura organizacional deve permitir o fluxo das informações entre os vários níveis de gestão e adequado nível de supervisão".

Nesse sentido, o sistema de controles internos é fundamental para assegurar a integridade dos relatórios contábeis, financeiros e operacionais nas tomadas de decisão. Outrossim, o relatório de controles internos emitido pelo CFE - Conselho Fiscal da Eletros considera o fluxo de informações avaliado para o ano de 2022.

Desta forma, observadas as premissas expressas na Resolução CGPC nº 13/2004, o Conselho Fiscal da Eletros aborda os resultados pertinentes ao ano de 2022 considerando, inclusive, as ações emanadas e sugeridas por esse CFE, as quais foram discutidas e analisadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas durante o mesmo período, e que constam nas



correspondentes atas de reunião, de modo a assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

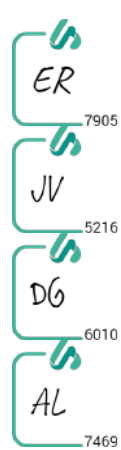
2. Acompanhamento da Regularidade da Habilitação, Certificação e Qualificação para o Exercício de Cargos ou Funções na ELETROS

A habilitação, a certificação e a qualificação são disciplinadas pela Resolução CNPC nº 39 de 30 de abril de 2021 e pela Instrução Normativa PREVIC nº 41 de 3 de agosto de 2021 e de acordo com o artigo 8º, da CNPC nº 39, o Relatório de Controles Internos emitido pelo Conselho Fiscal deverá registrar a conformidade da Entidade em relação ao processo de habilitação, certificação e qualificação. Cabe destacar que a certificação é atestada por meio de processo realizado por instituição autônoma certificadora reconhecida pela PREVIC. Já a habilitação é realizada pela PREVIC, mas como a ELETROS não é classificada como Entidade Sistemáticamente importante - ESI, o parágrafo 4º da Instrução Normativa da PREVIC nº 41/2021 preconiza que, quando Da Habilitação - "cabe ao presidente ou ao ocupante de cargo equivalente da diretoria executiva da EFPC garantir o fiel e permanente cumprimento dos requisitos de todos os dirigentes e a guarda da documentação comprobatória". A qualificação é o processo continuado pelo qual o dirigente ou profissional envolvido na gestão dos planos de benefícios aprimoram seus conhecimentos e sua capacitação para o exercício de suas atribuições na entidade.

Adicionalmente, destaca-se: (i) o Art. 5º da Resolução CNPC nº 35 de 20 de dezembro de 2019, que preconiza que a escolha dos membros da diretoria-executiva deverá ser realizada mediante processo seletivo, exigida qualificação técnica, com divulgação e transparência, conduzido sob a orientação e supervisão do Conselho Deliberativo (redação dada pela Resolução CNPC nº 49, de 8 de dezembro de 2021); e (ii) a Norma Interna de Seleção de Membros da Diretoria Executiva da Eletros que preenche uma lacuna importante, de forma que a Fundação esteja em conformidade legal até a adaptação Estatutária, conforme disposto na Resolução CNPC nº 35.

Neste sentido, a Eletros, no exercício de 2022, realizou processo seletivo para a escolha do profissional a ocupar o cargo de Presidente da Entidade. O processo foi conduzido sob a orientação e supervisão do Conselho Deliberativo. O Conselho Fiscal não teve acesso a determinados documentos que fizeram parte do processo decisório, notadamente aqueles que diziam respeito ao background check dos candidatos, contendo dados sensíveis dos candidatos, bem como a outros documentos que constituíam a base para tomada de decisão de membros do Conselho contudo, conheceu o Relatório de avaliação e estabelecimento de indicadores elaborado por consultoria independente, e que foi utilizado no processo de tomada de decisão.

O Atestado de Habilitação do Presidente Pedro Paulo da Cunha, Dirigente Máximo, Administrador Responsável pela Gestão de Riscos – ARGR e selecionado por meio de processo seletivo foi renovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc no dia 11/11/2022 com validade até 11/11/2025, conforme quadro 2.3.



Os Atestados de Habilitação do Diretor de Benefícios Previdenciários Carlos Eduardo Brasil Pereira, Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios (ARPB) e do Diretor Financeiro Max Leandro Ferreira Tavares, Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) foram requeridas as suas prorrogações até 02/05/2023, com prorrogação de seus mandatos, conforme deliberação contida na Ata da 500ª Reunião do Conselho Deliberativo, de 19/12/2022. Neste sentido, destaca-se que o Conselho Fiscal da Eletros não identificou, nas Atas e material basilar das reuniões do Conselho Deliberativo da Eletros, referentes ao segundo semestre de 2022, menção à realização do processo seletivo para ocupação das citadas Diretorias, visando o preenchimento dos cargos em janeiro de 2023.

Destaca-se que o processo de tomada de decisão do CDE foi alicerçado na incerteza da definição da lei de regência da Fundação, em decorrência do processo de privatização da Patrocinadora Eletrobras.

Os respectivos processos de prorrogação das duas habilitações foram protocolados pela Secretaria de Governança - SEG, via Sistema SEI da Previc no dia 29/12/2022, instruídos documentalmente e no dia 05/01/2023, a Previc enviou à ELETROS os respectivos Atestados de Habilitação (prorrogações), conforme quadro 2.3.

A partir da avaliação do exposto, o Conselho Fiscal da Eletros, visando a aderência à Legislação vigente, em que pese o disposto no Estatuto Social da Entidade, recomenda que a ocupação de cargos no âmbito da Diretoria Executiva, a exemplo do que fora praticado para a ocupação do cargo de Presidente da Entidade para o novo mandato de 3 (três) anos, deva ser precedida de processo seletivo, em observância à Resolução CNPC nº 35/2019.

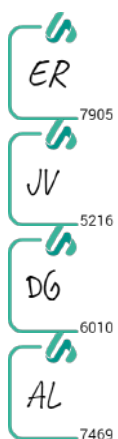
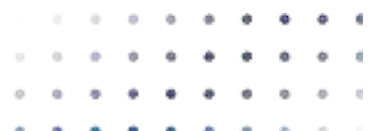
Outrossim, de acordo com o MEMO-SEG-003/23, de 23 de janeiro de 2023 e e-mail complementar enviado em 16 de maio de 2023, da Secretaria de Governança do Conselho Deliberativo - SEG, as habilitações, certificações e qualificações dos Conselheiros, Dirigentes e profissionais de investimentos encontram-se regulares em relação ao período de janeiro a dezembro/2022, atualizado até janeiro/2023, quanto às informações acompanhadas pela Secretaria de Governança e de acordo com a Resolução CNPC nº 39, de 30/03/2021 e Instrução Previc nº 41, de 03/08/2021, conforme se verifica(m) o(s) demonstrativo(s) constante do material basilar. Fonte: MEMO-SEG -003/23, de 23/01/2023.

Ainda, de acordo com o MEMO-SEG-003/23, de 23 de janeiro de 2023, os Certificados e os dados dos Conselheiros e Dirigentes estão cadastrados tempestivamente no Cadastro Nacional de Dirigentes - CAND junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, em atendimento à obrigação legal, atividade realizada pela SEG.

A esse respeito, transcrevemos, para pronta referência, o Art. 3º, incisos I ao V da Instrução Normativa Previc 41/2021, assim como o Art. 7º, § 1º:

"Art. 3º São considerados requisitos mínimos para habilitação:

I - Ter comprovada experiência de, no mínimo, três anos no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, de atuária, de previdência ou de auditoria, nos termos da legislação aplicável;



II - Não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar, ou como servidor público;

III - não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;

IV - ter reputação ilibada; e

V - Possuir certificado emitido por instituição certificadora reconhecida pela Previc.

...(Grifo nosso)

CAPÍTULO III DO ATESTADO DE HABILITAÇÃO

Art. 7º A validade do Atestado de Habilitação será de quatro anos.

§ 1º A validade do Atestado de Habilitação expirará ao final do prazo do mandato do dirigente, se este ocorrer antes do prazo mencionado no caput.

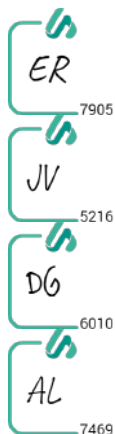
...

Art. 8º Será prorrogada automaticamente, por noventa dias, a validade do Atestado de Habilitação:

I - Para os dirigentes que forem reconduzidos ou permanecerem no cargo, período no qual deverão solicitar a renovação da habilitação; e

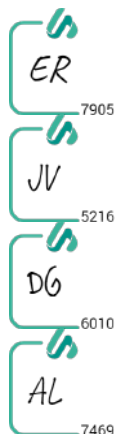
II - Para os dirigentes que tiverem seus mandatos prorrogados, desde que fundamentado em expressa previsão estatutária ou por ato do conselho deliberativo, devendo o fato ser comunicado à Previc no prazo de dez dias."

De acordo com o previsto na Instrução Normativa PREVIC 41/2021, a habilitação e a certificação é exigida aos dirigentes, ou seja, membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.



QUADRO 2.1: HABILITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

ÓRGÃO: CONSELHO DELIBERATIVO								
Controle de Habilitação e Certificação – Posição em Janeiro/2023								
MEMBRO DO CONSELHO	MANDATO		HABILITAÇÃO		CERTIFICAÇÃO			
	Início	Fim	Atestado / Início	FIM	NÚMERO	INÍCIO	FIM	TIPO
Jailson José Medeiros Alves - Conselheiro Efetivo e Presidente	01/10/2019	30/06/2023	Número - Não Aplicável* - 01/10/2019	30/06/2023	CA06723	27/03/2021	27/03/2024	ICSS - Ênfase em Administração
Thadeu Figueiredo Rocha - Conselheiro Suplente	01/11/2019	30/06/2023	Número - Não Aplicável* - 01/11/2019	30/06/2023	PA09118	07/04/2021	07/04/2024	ICSS - Prova - Ênfase em Administração
Jack Nottingham Steiner - Conselheiro Efetivo	06/09/2019	30/06/2023	Número - Não Aplicável* - 06/09/2019	30/06/2023	PA05473	18/11/2022	18/11/2025	ICSS - Ênfase em Administração
Homero Gonçalves de Andrade - Conselheiro Suplente	06/09/2019	30/06/2023	Número - Não Aplicável* - 06/09/2019	30/06/2023	EA08660	27/11/2020	27/11/2023	ICSS - Ênfase em Administração
José Luiz Grunewald Miglievich Leduc - Conselheiro Efetivo	06/09/2019	30/06/2023	Número - Não Aplicável* - 06/09/2019	30/06/2023	CA07891	26/09/2022	26/09/2025	ICSS - Ênfase em Administração
Luiz Carlos de Oliveira Costa - Conselheiro Efetivo	01/12/2020	30/11/2024	Número - Não Aplicável* - 01/12/2020	30/11/2024	PA0009417	26/11/2021	26/11/2024	ICSS (Prova online) - Ênfase em Administração
Gilmara Estela Leite Couto - Conselheira Suplente	01/12/2020	30/11/2024	Número - Não Aplicável* - 01/12/2020	30/11/2024	PA0009544	03/03/2022	03/03/2025	ICSS (Prova online) - Ênfase em Administração
Marcio Kennedy de Almeida - Conselheiro Efetivo	01/12/2020	30/11/2024	Número - Não Aplicável* - 01/12/2020	30/11/2024	EA03847	15/06/2021	15/06/2024	ICSS - Ênfase em Administração
Gustavo Botrel Coutinho de Melo - Conselheiro Suplente	01/12/2020	30/11/2024	Número - Não Aplicável* - 01/12/2020	30/11/2024	PA06682	27/02/2021	27/02/2024	ICSS - Ênfase em Administração
Rodrigo Dias Ramires - Conselheiro Efetivo	01/12/2020	30/11/2024	Número - Não Aplicável* - 01/12/2020	30/11/2024	CA08343	20/08/2020	20/08/2024	ICSS (Prova modalidade Capacitação) - Ênfase em Administração
Álvaro Pintos Fonseca Neto - Conselheiro Suplente	01/12/2020	30/11/2024	Número - Não Aplicável* - 01/12/2020	30/11/2024	PA0009416	24/11/2021	24/11/2024	ICSS (Prova) - Ênfase em Administração



QUADRO 2.2: HABILITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Controle de Habilitação e Certificação – Posição em Janeiro/2023								
ÓRGÃO: CONSELHO FISCAL								
MEMBRO DO CONSELHO	MANDATO		HABILITAÇÃO		CERTIFICAÇÃO			
	Início	Fim	Atestado /Início	FIM	NÚMERO	INÍCIO	FIM	TIPO
Ailton Andrade - Conselheiro Efetivo e Presidente	29/08/2019	30/06/2023	Número - Não Aplicável* - 29/08/2019	30/06/2023	EA08456	01/10/2020	01/10/2023	ICSS - Ênfase em Administração
Dan Abensur Gandelman - Conselheiro Suplente	29/08/2019	30/06/2023	Número - Não Aplicável* - 29/08/2019	30/06/2023	Código de Controle: H3E4-K4D3-I4N7	28/10/2020	28/10/2023	CPA-20 ANBIMA
João Vicente Amato Torres - Conselheiro Efetivo	05/12/2019	30/06/2023	Número - Não Aplicável* - 05/12/2019	30/06/2023	EA08898	22/12/2020	22/12/2023	ICSS - Ênfase em Administração
Alessandra Lemos de Souza - Conselheira Efetiva	01/12/2020	30/11/2024	Número - Não Aplicável* - 01/12/2020	30/11/2024	EA04166	18/11/2021	18/11/2024	ICSS - Ênfase em Administração
William Manoel Souza - Conselheiro Efetivo	01/12/2020	30/11/2024	Número - Não Aplicável* - 01/12/2020	30/11/2024	PA0009418	25/11/2021	25/11/2024	ICSS (Prova) - Ênfase em Administração
Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro - Conselheira Efetiva	19/12/2020	30/11/2024	Número - Não Aplicável* - 19/12/2020	30/11/2024	EA02233	31/01/2022	31/01/2025	ICSS - Ênfase em Administração

***Observação:** De acordo com a legislação, como a ELETROS não é Entidade Sistemicamente Importante - ESI, segundo o que prevê a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, a habilitação dos Conselheiros não é realizada pela Previc e sim, internamente, pelo Presidente da ELETROS, com a conferência realizada em conjunto com a Secretaria de Governança do Conselho Deliberativo, motivo pelo qual não é aplicável ao caso da ELETROS o número de Atestado de Habilitação Previc para os Conselheiros.

Transcrição de parte da Instrução Normativa PREVIC 41/2021:

"...§ 3º A EFPC não classificada como entidade sistemicamente importante deverá enviar a documentação relativa aos membros do conselho fiscal e do conselho deliberativo somente quando solicitada pela Previc, o que não exige o cumprimento de todos os requisitos previstos nos artigos 3º e 4º.

§ 4º Cabe ao presidente ou ao ocupante de cargo equivalente da diretoria executiva da EFPC garantir o fiel e permanente cumprimento dos requisitos de todos os dirigentes e a guarda da documentação comprobatória...."

A maior parte dos documentos necessários para a habilitação é entregue mediante a inscrição dos Conselheiros no processo eleitoral, ou processo de indicação, conforme o caso, sendo neste caso ultimada juntamente com toda a documentação que comporá o Formulário de Habilitação, que integrará, por sua vez, o material da reunião do Conselho Deliberativo para nomeação.

QUADRO 2.3: HABILITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Controle de Habilitação e Certificação – Posição em Janeiro/2023								
ÓRGÃO: DIRETORIA EXECUTIVA								
MEMBRO DO CONSELHO	MANDATO		HABILITAÇÃO PREVIC		CERTIFICAÇÃO			
	Início	Fim	Atestado /Início	FIM	NÚMERO	INÍCIO	FIM	TIPO
Pedro Paulo Da Cunha - Presidente	11/11/2022	11/11/2025	Nº: 2022.540	11/11/2025	PA06243	03/08/2020	03/08/2023	ICSS - Ênfase em Administração
Carlos Eduardo Brasil Pereira - Diretor de Benefícios Previdenciários	03/05/2023	02/05/2023	Nº: 2023.1	02/05/2023	EA05501	30/11/2022	30/11/2025	ICSS - Ênfase em Administração
Max Leandro Ferreira Tavares - Diretor Financeiro	05/01/2023	02/05/2023	Nº: 2022.653	02/05/2023	EI00533	01/01/2023	01/01/2026	ICSS - Ênfase em Investimentos

ER
7905
JV
5216
DG
6010
AL
7469

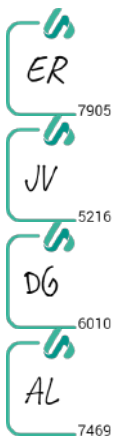
E, de acordo com a Resolução CNPC 39, Art. 5º, será exigida a certificação para:

II - membro dos comitês de assessoramento que atuem na avaliação e aprovação de investimentos; e...

IV - demais empregados da entidade diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos.

QUADRO 2.4 – CERTIFICAÇÃO – COMITÊS

NOME	CERTIFICAÇÃO			
	NÚMERO	INÍCIO	FIM	TIPO
Bruno Sardinha Lopes	-	03/02/22	03/02/25	MIBA
Felipe Correa Teixeira	Código de controle: G3U5-O1V1-B3P7	18/11/20	18/11/23	CPA-20 ANBIMA
Luiz Guilherme F. N. Pinto	PI00617	18/12/22	18/12/25	ICSS - Ênfase em Investimentos
Marcelo Gouveia	EM-410	-	04/10/27	APIMEC



QUADRO 2.5 – QUALIFICAÇÕES POR MEIO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA

ACOMPANHAMENTO DAS QUALIFICAÇÕES POR MEIO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA - PEC - ATUALIZADO EM JAN/2023									
CONSELHO DELIBERATIVO									
CONSELHEIRO(A)	PEC 1º ANO	PEC 2º ANO	PEC 3º ANO	TOTAL DE CRÉDITOS	CRÉDITOS PENDENTES	DATA LIMITE PARA CUMPRIR	DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO Titular: 15 pontos por ano. Suplente: 12 pontos por ano (75% presença nas reuniões)	Pontuação pendente	Observação
Márcio Kensady de Almeida (Efetivo)	66,00	52,00	0,00	118,00	0	13/06/23	Junho/23		
Rodrigo Dias Ramires (Efetivo)	30,00	52,00	34,00	116,00	0	18/08/23	-		Pontuação completa: apenas aguardando o prazo para renovação da certificação
José Luiz G. Miglierich Leduc (Efetivo)	24,00	0,00	0,00	24,00	0	25/09/23	Setembro/23		
Jack Nottingham Steiner (Efetivo)	0,00	0,00	0,00	0,00	-1	17/11/23	Novembro/23		
Álvoro Pintos Fonseca Neto (Suplente)	24,00	0,00	0,00	24,00	0	23/11/23	Novembro/23	*Aguardando a pontuação da Declaração de exercício (12 pontos), Introdução ao Gerenciamento de Mudança (2 pontos), Introdução ao Planejamento Estratégico (4 pontos), Introdução às Estratégias de Negociação (2 pontos) e 1ª Semana de Integridade Eletrós (4 pontos) necessários para o primeiro ano da certificação.	Plataforma PEC da modalidade on line do ICSS ainda está em desenvolvimento, devemos aguardar para o lançamento dos eventos.
Luiz Carlos de Oliveira Costa (Efetivo)	56,00	0,00	0,00	0,00	-24	25/11/23	Novembro/23	*Aguardando pontuação do Curso de Design Thinking (40 pontos) + a pontuação da Declaração de exercício (16 pontos)	Plataforma PEC da modalidade on line do ICSS ainda está em desenvolvimento, devemos aguardar para o lançamento dos eventos.
Homero Gonçalves de Andrade (Suplente)	44,00	24,00	0,00	68,00	0	25/11/23	Novembro/23		
Gustavo Botral Coutinho de Melo (Suplente)	36,00	54,00	0,00	90,00	30	26/02/24	Fevereiro/24		
Gilmar Estela Leite Couto (Suplente)	66,00	0,00	0,00	0,00	-42	02/03/24	Março/24	*Aguardando pontuação do Curso liderança (40 pontos) + Congresso Abrapponline (21 pontos) + Semana de Integridade Eletrós (2 pontos)	Plataforma PEC da modalidade on line do ICSS ainda está em desenvolvimento, devemos aguardar para o lançamento dos eventos.
Jailson José Medeiros Alves (Efetivo)	42,00	40,00	0,00	82,00	-24	26/03/24	Março/24		
Thadeu Figueiredo Rocha (Suplente)	0,00	8,00	0,00	8,00	-16	06/04/24	Abril/24		Não completou a pontuação mínima nos dois primeiros anos de certificação, desta forma não será possível a renovação através do Programa de Educação Continuada -PEC.
CONSELHO FISCAL									
CONSELHEIRO(A)	PEC 1º ANO	PEC 2º ANO	PEC 3º ANO	TOTAL DE CRÉDITOS	CRÉDITOS PENDENTES	DATA LIMITE PARA CUMPRIR	DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO Titular: 16 pontos por ano. Suplente: 12 pontos por ano (75% presença nas reuniões)	Pontuação pendente	Observação
Dan Abersar Gandelman (Efetivo)	-	-	-	-	-	28/04/23	Abril/23 (6 meses antes de vencer, deverá fazer o curso de atualização e ser aprovado até 28/04/23)	-	Outubro/22 - Curso de atualização iniciado
Aliton Andrade (Efetivo)	61,20	46,00	28,00	135,20	0	30/09/23	Setembro/23	-	Pontuação completa: apenas aguardando o prazo para renovação da certificação
Alessandra Lemos de Souza (Efetiva)	24,00	0,00	0,00	24,00	-24	17/11/23	Novembro/23	-	
William Manoel Souza (Suplente)	28,00	0,00	0,00	0,00	4	24/11/23	Novembro/23	Aguardando a pontuação das reuniões de função diretiva e os pontos dos Cursos Redução ao valor recuperável de ativos CRC RJ (4 pontos), Normas Contábeis e suas aplicações práticas CRC RJ (6 pontos) e Orçamento Empresarial CRC RJ (8 pontos). FISCALFIS - REGIMES DE TRIBUTAÇÃO CRC RJ (4 pontos), se enquadraram como ente governamental de regulação e fiscalização das EPC.	Plataforma PEC da modalidade on line do ICSS ainda está em desenvolvimento, devemos aguardar para o lançamento dos eventos
João Vicente Amato Torres (Efetivo)	40,00	40,00	0,00	80,00	-24	21/12/23	Dezembro/23	-	Mandato até 30/06/23 - não poderá contar com a declaração
Elizabeth Miliana Ribeiro (Efetiva)	55,00	0,00	0,00	55,00	-21	30/01/24	Janeiro/24	Aguardando a pontuação da declaração de função diretiva	
DIRETORIA EXECUTIVA									
ELETROS	PEC 1º ANO	PEC 2º ANO	PEC 3º ANO	TOTAL DE CRÉDITOS	CRÉDITOS PENDENTES	DATA LIMITE PARA CUMPRIR	DECLARAÇÃO FUNÇÃO DIRETIVA 24 PONTOS/FUNÇÃO GERENCIAL 8 PONTOS	Pontuação pendente	Observação
Pedro Paulo da Cunha	101,60	48,00	28,00	177,60	0	02/08/23	Agosto/23	-	Pontuação completa: apenas aguardando o prazo para renovação da certificação
Carlos Eduardo Brasil Pereira	0,00	0,00	0,00	0,00	0	29/11/23	Janeiro/24	-	-
Max Leandro Ferreira Tavares	0,00	0,00	0,00	0,00	0	01/01/24	Janeiro/24	-	-
MEMBROS DE COMITÊS									
Bruno Sardinha Lopes		4		4	-96	03/02/25	-	Outubro 22 - Aguardando pontos do Congresso Abrapp (24 pontos) + Semana de Integridade Eletrós	MIBA – 100 pontos 3 anos (dos pontos computados 70 % deverão estar enquadrados especificamente na área atuarial, previdenciária, securitária e de saúde).
Felipe Correa Teixeira		-		-	-	18/04/23	Atualização	7 meses antes de vencer, deverá fazer o curso e ser aprovado, ou seja 18/04/23 (agendado)	CPA-20
Luiz Guilherme F. N. Pinto	0,00	0,00	0,00	0,00	-24	17/12/23	Dezembro/23	-	-
Marcelo F. Gouveia		0,00		0,00	0	04/10/27	-	Aguardando pontuação Encontro Regional 2022 - Sudeste+Leste, TAG summit + Semana de Integridade Eletrós	APIMEC – 40 PONTOS – 5 anos (50% nos últimos 2 anos)

ER
7905
JV
5216
DG
6010
AL
7469

3. Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento.

Em 17/12/2021, o Conselho Deliberativo da ELETROS na 459ª reunião do colegiado aprovou a Política de Investimento de todos os Planos de Benefícios administrados pela Eletros para o período de 2022-2026.

Cabe registrar que a Política tem como objetivo estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, bem como dar transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

Compete ao Conselho Fiscal, entre outras responsabilidades, verificar se a aplicação dos recursos está sendo executada de acordo com os objetivos planejados e aprovados. Neste sentido, o CFE, por meio das Atas da Diretoria e seus anexos, verificou que os critérios e procedimentos vêm sendo executados e foram acompanhados, pela Diretoria Executiva, por meio de Relatórios de Riscos de Investimentos.

No que diz respeito à aderência da alocação à política de investimentos referente ao ano de 2022, considerando as informações disponibilizadas para o CFE, Relatório de Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimentos, constata-se que a ELETROS, mesmo em cenário externo e interno bastante conturbado ao longo do ano, com o combate à inflação ao redor do mundo, situação fiscal e processo eleitoral no Brasil, vem mantendo a gestão dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios por ela administrados em conformidade com as diretrizes da Política de Investimento vigente, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Segmentos	Plano BD		Plano CD Puro		Plano CD Saldado		Plano CD I	
	PI	dez-22	PI	dez-22	PI	dez-22	PI	dez-22
Renda Fixa	29,00% a 92,00%	57,87%	26,00% a 89,00%	67,88%	24,00% a 94,00%	67,31%	29,00% a 92,00%	61,52%
Renda Variável	5,00% a 35,00%	23,03%	10,00% a 40,00%	18,42%	5,00% a 40,00%	17,19%	5,00% a 35,00%	20,57%
Imóveis	0,00% a 13,00%	9,34%	0,00% a 6,00%	2,95%	0,00% a 8,00%	5,62%	0,00% a 13,00%	7,17%
Empréstimos	3,00% a 8,00%	3,81%	1,00% a 8,00%	1,69%	1,00% a 8,00%	2,39%	3,00% a 8,00%	2,88%
Estruturados	0,00% a 10,00%	3,44%	0,00% a 10,00%	5,72%	0,00% a 10,00%	3,66%	0,00% a 10,00%	4,50%
Exterior	0,00% a 10,00%	2,51%	0,00% a 10,00%	3,34%	0,00% a 10,00%	3,83%	0,00% a 10,00%	3,36%

Segmentos	Plano CV ONS		Plano EPE		Plano PGA	
	PI	dez-22	PI	dez-22	PI	dez-22
Renda Fixa	27,00% a 89,00%	67,76%	27,00% a 90,00%	67,52%	0,00% a 100,00%	100,00%
Renda Variável	10,00% a 40,00%	21,55%	10,00% a 40,00%	21,88%	---	---
Imóveis	---	---	---	---	---	---
Empréstimos	1,00% a 8,00%	1,51%	0,00% a 8,00%	1,44%	---	---
Estruturados	0,00% a 10,00%	5,88%	0,00% a 10,00%	5,50%	---	---
Exterior	0,00% a 10,00%	3,30%	0,00% a 10,00%	3,66%	---	---

Fonte: Eletros-Planilha a partir o Relatório de Investimento de Dezembro/2022

Diante dos resultados apresentados, verifica-se que os limites (inferiores e superiores) da Política de Investimentos, de todas as categorias de investimentos, em todos os Planos, foram respeitados ao longo de 2022.

(Fonte: DFI)



4. Resultado dos Planos

Para a melhor compreensão, foram anexadas as tabelas disponibilizadas pela Aditus, consultoria contratada pela Administração para atuar no apoio ao processo de gestão e desempenho de investimentos, onde pode-se verificar comparativamente os resultados alcançados no mercado e pela ELETROS.



Fonte: ADITUS



Rentabilidade dos Investimentos

Os resultados médios apresentados na tabela a seguir representam os valores percentuais, previstos e realizados, para o conjunto de ativos de investimentos de cada Plano de benefício.

Como pode ser observado, os planos de previdência administrados pela Eletros apresentaram, em 2022, rentabilidades abaixo dos seus índices de referência ou metas atuariais, entretanto apresentaram rentabilidades reais positivas.

Plano	Prevista*	Realizada	Meta Atuarial ou Índice** de Referência***
BD Eletrobrás	10,21%	10,60%	10,70%
CD Eletrobrás Puro	10,53%	6,61%	11,02%
CD Eletrobrás Saldado	10,53%	5,91%	11,02%
CD I	10,53%	6,80%	11,02%
CV ONS	10,53%	7,25%	11,02%
EPE	10,21%	6,41%	10,70%
PGA	11,45%	10,34%	12,39%

* Estimativa de INPC em 0,41% menor que o INPC realizado de 5,93%.

** INPC + 4,31%

*** INPC + 4,58%

Fonte: Relatório de Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimentos – 27/04/2023

O mercado acionário, brasileiro e externo, apresentou rentabilidades bem abaixo das expectativas de retorno esperada, devido a elevação das taxas de juros na maioria dos países para combater a inflação. Além disso, o processo eleitoral no Brasil com as incertezas sobre as novas políticas econômicas afetaram ainda mais o nosso mercado acionário. Adicionalmente, com a inflação mais alta, a meta atuarial também se elevou ficando, na maioria dos planos, em 11,02%.

Os quadros a seguir apresentam informações com o detalhamento das alocações dos planos previdenciários e as rentabilidades dos segmentos de investimentos desses planos, inclusive com a informação segregada por perfis de investimento.

ER	7905
JV	5216
DG	6010
AL	7469



CD ELETROBRÁS

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	4,52%	-1,33%	6,65%	0,67%	7,15%	1,15%	7,94%	1,90%	9,17%	3,06%
Renda Variável	3,03%	-2,74%	3,03%	-2,74%	3,03%	-2,74%	3,03%	-2,74%	0,00%	0,00%
Imóveis	5,74%	-0,18%	5,74%	-0,18%	5,74%	-0,18%	5,74%	-0,18%	5,74%	-0,18%
Empréstimos	12,53%	6,23%	12,53%	6,23%	12,54%	6,24%	12,54%	6,24%	12,54%	6,24%
Inv. Estruturados	14,32%	7,92%	14,32%	7,92%	14,32%	7,92%	14,32%	7,92%	14,32%	7,92%
Exterior	-23,41%	-27,70%	-23,41%	-27,70%	-23,41%	-27,70%	-23,41%	-27,70%	0,00%	0,00%
Consolidado	3,87%	-1,95%	5,15%	-0,74%	6,34%	0,38%	6,53%	0,56%	9,36%	3,24%

CD ELETROBRÁS I *

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	-1,35%	-1,64%	0,76%	0,45%	8,48%	2,41%	1,86%	1,55%	3,18%	2,86%
Renda Variável	8,93%	8,60%	8,93%	8,60%	3,03%	-2,74%	8,93%	8,60%	0,00%	-0,30%
Imóveis	3,23%	2,92%	3,23%	2,92%	5,74%	-0,18%	3,23%	2,92%	3,23%	2,92%
Empréstimos	1,51%	1,21%	1,52%	1,21%	13,33%	6,99%	1,52%	1,21%	1,52%	1,21%
Inv. Estruturados	4,15%	3,83%	4,08%	3,76%	10,20%	4,03%	4,06%	3,74%	4,03%	3,71%
Exterior	3,97%	3,66%	3,97%	3,66%	-23,41%	-27,70%	3,97%	3,66%	0,00%	-0,30%
Consolidado	4,14%	3,83%	3,61%	3,30%	6,29%	0,34%	3,49%	3,18%	3,17%	2,85%

CV O.N.S

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	5,27%	-0,63%	7,22%	1,21%	7,89%	1,85%	8,43%	2,36%	9,13%	3,02%
Renda Variável	3,03%	-2,74%	3,03%	-2,74%	3,03%	-2,74%	3,03%	-2,74%	0,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	13,76%	7,38%	13,76%	7,38%	13,76%	7,39%	13,76%	7,39%	13,76%	7,39%
Inv. Estruturados	14,32%	7,92%	14,32%	7,92%	14,32%	7,92%	14,32%	7,92%	14,32%	7,92%
Exterior	-23,41%	-27,70%	-23,41%	-27,70%	-23,41%	-27,70%	-23,41%	-27,70%	0,00%	0,00%
Consolidado	4,39%	-1,46%	5,75%	-0,17%	7,01%	1,02%	7,14%	1,14%	9,55%	3,42%

CV EPE

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	6,94%	0,96%	7,96%	1,91%	8,37%	2,30%	8,99%	2,88%	9,90%	3,74%
Renda Variável	3,03%	-2,74%	3,03%	-2,74%	3,03%	-2,74%	3,03%	-2,74%	0,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	11,47%	5,23%	11,48%	5,24%	11,48%	5,24%	11,48%	5,23%	11,48%	5,23%
Inv. Estruturados	14,32%	7,92%	14,32%	7,92%	14,32%	7,92%	14,32%	7,92%	14,32%	7,92%
Exterior	-23,41%	-27,70%	-23,41%	-27,70%	-23,41%	-27,70%	-23,41%	-27,70%	0,00%	0,00%
Consolidado	5,13%	-0,76%	6,15%	0,21%	7,35%	1,34%	7,56%	1,53%	10,20%	4,03%

FONTE :RELATÓRIOS RENTABILIDADE COLORIDO

* Os perfis do Plano CD Eletrobras I tiveram início em 30/06/2022, exceto o Perfil Eletros.

Fonte: PRG

Referente as diferenças relativas ao resultado dos investimentos no ano de 2022:

A. Plano BD ELETROBRÁS – Recursos garantidores de R\$ 1,72 bilhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2022 foi negativo em R\$ 47,66 milhões e pode ser assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativo em R\$ 89,90 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Negativo em R\$ 45,19 milhões
Imóveis	Negativo em R\$ 3,79 milhões
Fundos Investimentos Multimercados Estruturado	Negativo em R\$ 1,98 milhão
Empréstimo	Positivo em R\$ 3,04 milhões
Fundo Investimento Participações	Negativo em R\$ 4,05 milhões
Outros	Positivo em R\$ 94,21 milhões
Total do plano BD ELETROBRÁS	Negativo em R\$ 47,66 milhões

Principais variações

- ❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações¹:** A diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ser inferior à variação projetada do IBrX prevista para o ano de 2022.
- ❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A principal variação ocorreu pelo aumento das taxas dos títulos de longo prazo, atreladas ao IPCA e IGP-M, impactando negativamente a rentabilidade no período.
- ❖ **Imóveis²:** A variação da rentabilidade para o ano de 2022 ficou menor que a prevista, ainda pela desocupação de alguns imóveis pertencentes à Eletros.
- ❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A rentabilidade do segmento foi acima do previsto para o ano de 2022. Entretanto, pode-se observar uma variação negativa entre o previsto e realizado por conta da utilização de um patrimônio estimado acima do valor efetivo do patrimônio de multimercados estruturados.
- ❖ **Empréstimo:** A variação da rentabilidade para o segmento ficou um pouco maior do que a previsão para o ano de 2022, devido a uma inflação ligeiramente maior que a inflação prevista, impactando positivamente na parcela de empréstimo.
- ❖ **Fundo Investimento Participações:** A variação negativa da rentabilidade para o segmento se deve à remarcação para baixo de alguns ativos do portfólio do FIP e a distribuição de capital que afetam a contabilidade de cotas.
- ❖ **Outras:** A forte variação positiva, se deve ao impacto da contabilização das OFNDs para o plano, em decorrência de decisão judicial favorável a Eletros.

Fonte: MEMO DF/DFI 001/2023

B. CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS) – Recursos garantidores de R\$ 299,80 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2022 foi negativa em R\$ 26,25 milhões, e pode ser assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativo em R\$ 24,44 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Negativo em R\$ 0,86 milhão
Imóveis	Negativo em R\$ 0,35 milhão
Empréstimo	Negativo em R\$ 0,87 milhão
Outras	Positivo em R\$ 0,27 milhão
Total do CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS)	Negativo em R\$ 26,25 milhões

¹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (Carteira Própria), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

² Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO e BPDS participam da carteira total de Imóveis.



Principais variações

- ❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações¹:** A diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ser inferior à variação projetada do IBrX prevista para o ano de 2022.
- ❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A principal variação ocorreu pelo aumento das taxas dos títulos de longo prazo atreladas ao IPCA, impactando negativamente a rentabilidade no período.
- ❖ **Imóveis³:** A variação da rentabilidade para o ano de 2022 ficou menor que a prevista, ainda por conta da desocupação de alguns imóveis pertencentes a Eletros.
- ❖ **Empréstimo:** A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima da previsão para o ano de 2022.

Fonte: MEMO DF/DFI 001/2023

C. CD ELETROBRÁS PURO – Recursos garantidores de R\$ 1,54 bilhão:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2022 foi negativa em R\$ 74,63 milhões, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativo em R\$ 63,17 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Negativo em R\$ 17,80 milhões
Empréstimo	Negativo em R\$ 0,79 milhão
Imóveis	Negativo em R\$ 0,78 milhão
Fundo Multimercados Estruturados	Positivo em R\$ 7,16 milhões
Outros	Positivo em R\$ 0,75 milhão
Total do plano CD ELETROBRÁS PURO	Negativo em R\$ 74,63 milhões

Principais variações

- ❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações¹:** A diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ser inferior à variação projetada do IBrX prevista para o ano de 2022.
- ❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A principal variação ocorreu pelo aumento das taxas dos títulos de longo prazo atreladas ao IPCA impactando negativamente a rentabilidade no período.
- ❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A variação positiva se deve a boa performance dos fundos multimercados estruturados, que tiveram ganhos acima da Selic.

³¹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (Carteira Própria), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO e BPDS participam da carteira total de Imóveis.



- ❖ **Imóveis⁴:** A variação da rentabilidade no ano de 2022 ficou menor que a prevista, ainda por conta da desocupação de alguns imóveis pertencentes a Eletros.
- ❖ **Empréstimo:** A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima da previsão para o ano de 2022.

Fonte: MEMO DF/DFI 001/2023

D. CV ONS – Recursos garantidores de R\$ 787 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2022 foi negativa em R\$ 28,09 milhões, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativa em R\$ 27,42 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Negativo em R\$ 4,78 milhões
Empréstimo	Positivo em R\$ 0,28 milhão
Fundo Multimercados Estruturados	Positivo em R\$ 4,04 milhões
Outras	Negativo em R\$ 0,21 milhão
Total do plano CV ONS	Negativo em R\$ 28,04 milhões

Principais variações

- ❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações¹:** A diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ser inferior à variação projetada do IBrX prevista para o ano de 2022.
- ❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A principal variação ocorreu pelo aumento das taxas dos títulos de longo prazo atreladas ao IPCA que impactaram negativamente o segmento de títulos públicos.
- ❖ **Empréstimo:** A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima da previsão para o ano de 2022.
- ❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A variação positiva se deve a boa performance dos fundos multimercados que tiveram ganhos acima da Selic.

Fonte: MEMO DF/DFI 001/2023.

E. CV EPE – Recursos garantidores de R\$ 134 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2022 foi negativa em R\$ 3,97 milhões, sendo assim resumida:

⁴ Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO e BPDS participam da carteira total de Imóveis.



	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativo em R\$ 4,9 milhões
Outras	Positivo em R\$ 0,42 milhão
Total do plano CV EPE	Negativo em R\$ 3,97 milhões

Principais variações

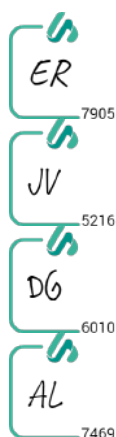
- ❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações¹:** A diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ser inferior à variação projetada do IBrX prevista para o ano de 2022.

F. Plano de Gestão Administrativa - PGA – saldo de R\$ 117,35 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2022 foi positiva em R\$ 2,01 milhões no período. A variação positiva ocorreu por conta da parcela atrelada ao CDI que, com a elevação das taxas de juros no ano de 2022, teve um retorno maior do que o previsto.

5. Custos com a Administração dos Investimentos

As despesas diretas de investimento fecharam, em 2022, no montante de R\$ 26.024 mil, maior que os R\$ 19.313 mil verificados em 2021. Em termos percentuais, o aumento foi de 34,75%. Essas despesas sofrem impacto direto das variações patrimoniais que são resultantes da rentabilidade das carteiras e fundos na maior parte de sua composição. Podemos destacar como principais influenciadores do percentual de crescimento as seguintes despesas: Gestão, Corretagens e Emolumentos.



Quadro I – Despesas Diretas de Investimento (R\$ mil)

Classificação da Despesa	Consolidado	Carteira Própria	FIM Renda Fixa	FIA Renda Variável	FI Estruturado
Controladoria	131	63	15	53	0
Gestão	17.719	0	133	17.558	28
ADM	184	0	19	158	8
Custódia	503	259	59	186	0
Performance	0	0	0	0	0
IOF	455	0	455	0	0
CVM	377	0	97	278	3
CETIP	546	153	80	310	2
CBLC	75	12	0	63	0
SELIC	91	66	14	11	0
ANBIMA	55	0	7	48	0
Taxa de Bolsa	-1.267	0	14	-1.280	0
Corretagem RV	5.625	237	0	5.388	0
Emolumentos RV	1.414	141	0	1.273	0
Cartório	1	0	0	1	0
Auditoria	100	0	15	86	0
Tx de Permanência	1	0	0	1	0
Outros	12	1	1	11	0
TOTAL	26.024	933	907	24.144	40

Fonte: RAI

6. Contingências – Passivos e Ativos Contingentes

De acordo com o relatório Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis de 2022, elaborado pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda e emitido em 14/03/2023, constam os seguintes registros:

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade e é ajustada por meio de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme descrito abaixo:

- **Ativo Contingente:** é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da Entidade. Não é reconhecido no balanço patrimonial, pois o resultado pode nunca se configurar. Entretanto, quando a realização do ganho for praticamente certa, deixará de ser classificado como um ativo contingente, e o seu reconhecimento é adequado.



- **Passivo Contingente:** É uma obrigação possível que resulta de eventos passados e sua existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da Entidade. Não é reconhecido no balanço patrimonial pelos seguintes motivos:
 - Não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para validar a obrigação; ou
 - O valor da obrigação não pode ser mensurado de forma suficientemente confiável.

- **Provisão:** É um passivo de prazo ou valor incerto e deve ser reconhecida quando:
 - A Entidade tem uma obrigação presente como resultado de evento passado;
 - Seja provável a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
 - Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Nesse contexto, o Conselho Fiscal vem acompanhando a evolução das Contingências - Ativos e Passivos Contingentes, os quais encontram-se destacados nas Notas Explicativas 8 e 9 do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis de 2022, elaborado pela BDO RCS Auditores Independentes emitido em 14/03/2023.

Exigível Contingencial

As provisões decorrentes dos processos onde a Entidade figura como ré, com chance de perda classificada pela área jurídica da ELETROS como sendo provável e possível, estão apresentadas a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais registradas no balanço - previdencial, trabalhista, cível e fiscal. Essas provisões registram ocorrências de fatos que serão objeto de decisões judiciais futuras e incertas, mas que provavelmente irão gerar desembolsos.

Os valores reconhecidos como provisão na ELETROS, refletem a melhor estimativa da administração para o desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, conforme estabelecido na NBC TG 25.

Gestão Previdencial

De acordo com orientações dos advogados da ELETROS e considerando a análise detalhada dos processos ativos realizada pela Gerência Jurídica e de Governança da ELETROS, foram constituídas provisões relativas aos processos judiciais movidos por participantes e assistidos contra a ELETROS.

Houve variação nos valores contingenciados ao longo dos anos de 2021 e 2022 em razão



de mudança no prognóstico de alguns processos da ELETROS. Outrossim, foram apresentados novos cálculos ou atualizados cálculos anteriores, seja pelas partes, pelo perito do juízo ou pelo assistente técnico da ELETROS, pois os processos a eles referentes entraram em fase de execução, sendo necessária a liquidação dos valores, antes inviável, pois dependente de divergências apresentadas que precisavam ser resolvidas pelo juízo.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Exigível Contingencial - Gestão Previdencial	35.547	13.766
Aposentadorias	97	97
Processos trabalhistas	671	753
Provisão de Processos ¹	34.779	12.916

¹ Provisão dos planos BD Eletrobrás no montante de R\$ 34.522 mil e CD Eletrobrás R\$ 1.025 mil.

Comparativo entre os valores depositados e provisionados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
(+) Depósitos judiciais/recursais¹	897	850
Aposentadorias	97	97
Processos trabalhistas	800	753
(-) Exigível Contingencial - Gestão Previdencial	(35.547)	(13.766)
Aposentadorias	(97)	(97)
Processos trabalhistas	(671)	(753)
Provisão de Processos	(34.779)	(12.916)
(=) Saldo²	(34.650)	(12.916)

¹ Rubrica do Realizável - Gestão Previdencial (vide nota 6.1); e

² Provável desembolso futuro.

Gestão Administrativa

Referem-se às provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências cíveis e tributárias, das quais as principais são relativas ao Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

O escritório jurídico que assessora a ELETROS classifica estes processos decorrentes de obrigações legais como tendo prognóstico de perda possível, porém a Entidade reconhece provisão conforme NBC TG 25. Processos com chance de perda possível é opcional mensurar a provisão, ficando a critério da governança da EFPC determinar o registro da provisão quando julgar que o risco de tal situação for de maior preponderância a se tornar provável, aplicando-se o exercício da prudência, conforme NBC TG Estrutura Conceitual.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Exigível Contingencial - Gestão Administrativa	29.679	25.141
Reclamações Trabalhistas	12	168
INSS	-	676
PIS ¹	4.727	3.557
COFINS ¹	24.357	20.740
RET	578	-
Provisão Processos	5	-

¹ Processos decorrentes de obrigações legais com prognóstico de perda possível.

Comparativo entre os valores depositados e provisionados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
(+) Depósitos judiciais/recursais¹	30.200	25.667
Reclamações trabalhistas	12	168
INSS	-	676
PIS	4.727	3.557
COFINS	24.411	20.740
Depósitos judiciais/recursais a recuperar	472	526
RET	578	-
(-) Exigível Contingencial - Gestão Administrativa	(29.679)	(25.141)
Reclamações Trabalhistas	(12)	(168)
INSS	-	(676)
PIS	(4.727)	(3.557)
COFINS	(24.357)	(20.740)
RET	(578)	-
Provisão Processos	(5)	-
(=) Saldo²	520	526

¹ Rubrica do Realizável - Gestão Administrativa (vide nota 6.2); e

² Depósitos judiciais/recursais a recuperar.

Investimentos

Referem-se às provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências relacionadas principalmente ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e ao Regime Especial de Tributação (RET).

ER	7905
JV	5216
DG	6010
AL	7469



	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Exigível Contingencial - Investimentos	398	4.014
Tributárias IN SRF 170	-	3.209
PIS ¹	-	949
COFINS ¹	-	2.260
RET ¹	-	578
Imóveis	-	226
Operações com Participantes	1	-
Provisão de Processos ²	397	1

¹ Processos decorrentes de obrigações legais com prognóstico de perda possível; e

² Provisão exclusiva do plano BD Eletrobrás.

Em 2022, os valores foram reclassificados para a gestão administrativa.

Comparativo entre os valores depositados e provisionados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
(+) Depósitos judiciais/recursais¹	-	4.013
Tributárias IN SRF 170	-	3.209
PIS	-	949
COFINS	-	2.260
RET	-	578
Imóveis	-	226
(-) Exigível Contingencial - Investimentos	(398)	(4.014)
Tributárias IN SRF 170	-	(3.209)
PIS	-	(949)
COFINS	-	(2.260)
RET	-	(578)
Imóveis	-	(226)
Operações com Participantes	(1)	-
Provisão de Processos	(397)	(1)
(=) Saldo²	(398)	(1)

¹ Rubrica do Realizável - Investimentos (vide nota 6.3); e

² Provável desembolso futuro.

Ativos e Passivos Contingentes

Ativo Contingente - OFND (Contexto histórico)

Ação ordinária nº 0123902-36.1991.4.02.5101, ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da União Federal, objetivando o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos. O Trânsito em Julgado do mérito ocorreu em 28/09/2008, entrando o processo em fase de execução.

Em 28/11/2013, o Juízo determinou que as entidades beneficiadas pela decisão judicial, deveriam ajuizar ações de liquidação, com menor grupo de autores por processo, em que deveriam comprovar as obrigações adquiridas. Embasada na opinião dos assessores jurídicos, na época a ABRAPP classificou a probabilidade de êxito como "provável" e não como "praticamente certo", em função de ainda não existir uma data prevista para o seu recebimento e considerando que a mensuração dos valores ainda seria alvo de discussão entre as partes.

Foi distribuída ação sob o nº 0145862-08.2015.4.02.5101, na 4ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em 27/11/2015, de autoria da ABRAPP, tendo a ELETROS como litisconsorte ativa, além de outros fundos de pensão, tendo sido atribuído valor à causa de R\$ 1.474.207 mil.



Em 08/11/2018 foi proferido Despacho determinando a intimação da perita para ciência do depósito dos honorários e a intimação das partes para indicação de assistente técnico e apresentação de quesitos, diligências essas cumpridas pelas partes.

Em 09/03/2021 a ABRAPP e a União Federal apresentaram Petição conjunta pedindo a suspensão do feito por 60 dias para tentativa de composição amigável, tendo o juízo suspenso o curso do processo de forma sucessiva.

Em 25/03/2022, as partes apresentaram petição conjunta em juízo informando a celebração de acordo e solicitando homologação judicial. Em 28/03/2022 foi proferida Sentença homologando o acordo celebrado entre as partes. Em 31/03/2022, as requisições de pagamento foram expedidas, sendo a da Eletros no valor total de R\$ 93.422.064,71 (R\$ 31.781.318,46 de principal e R\$ 61.640.746,25 de juros) na data base 12/2021. O Precatório da Eletros tem como número de processo 5003304-21.2022.4.02.9388. Em 20/07/2022, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC emitiu o Ofício Circular nº 14/2022/PREVIC, após a homologação do acordo judicial citado anteriormente e a expedição dos precatórios, autorizando as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, que já possuem os precatórios judiciais em seu nome, a reconhecer contabilmente, como Ativo da Entidade esses recursos.

Conforme orientação da PREVIC, os precatórios devem ser reconhecidos e mensurados pelo seu valor justo, observando as características do ativo financeiro, bem como as condições referidas na Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021.

Em continuidade, em 26/08/2022, a PRG emitiu a NT PR-PRG nº 007/2022, que aponta para a metodologia de apuração proposta pela DFI, identifica que a mesma se encontra em consonância com o disposto pela PREVIC e que providenciará a sua atualização, ao longo do tempo, baseando-se na apuração real do ICPA-E.

Vale ressaltar que a expectativa de variação do INPC e IPCA-E são iguais e, portanto, a taxa atuarial do Plano pode ser utilizada.

Assim, a Eletros atuará como administrador dos recursos, aplicará a metodologia de apuração baseada no Valor Presente Líquido utilizando a taxa atuarial do Plano BD Eletrobrás, que equivale atualmente a 4,80% a.a. (caso a taxa se altere no decorrer do prazo de recebimento, o valor presente considerará a nova taxa atuarial), e assim apurar o valor justo atual a ser utilizado.

Fonte: NT PR-PRG 007/2022

Ativo Contingente - OFND (Contexto atual)

Em 31/08/2022, a ELETROS efetuou o registro contábil das OFND, lastreado no estudo técnico elaborado internamente, avaliado pelas instâncias internas e pela auditoria BDO RCS Auditores Independentes, reconhecendo no plano BD Eletrobrás o valor justo dos precatórios. O montante está sendo atualizado pela taxa atuarial do plano e será pago de acordo com a inclusão na proposta orçamentária da União, dos precatórios devidos pela Fazenda Pública Federal, respeitando o limite de alocação orçamentária. O montante

atualizado em 31/12/2022 encontra-se destacado na Nota Explicativa 6.3.7, das Demonstrações Contábeis de 2022.

	31/12/22
OFND	93.301
Saldo inicial	90.645
Atualizações	2.656

Passivo Contingente

Os processos com probabilidade de perda possível, não registrados em balanço, representam o montante de R\$ 11.947 mil em dezembro de 2022 (R\$ 9.427 mil em dezembro de 2021) e envolvem discussões fiscais, administrativas, ações judiciais de natureza previdencial, trabalhista e cível.

7. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais

O Conselho Fiscal além de emitir parecer sobre os testes de aderência das premissas, hipóteses atuariais e taxas de juros, atua na busca de evidências da aderência das mesmas para os Planos BD, CDs e CVs, administrados pela Eletros.

As tabelas a seguir apresentam as principais premissas e hipóteses atuariais para os Planos administrados pela Eletros.

Planos CV ONS e CD Eletrobrás

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2022
Mortalidade Geral	BR-EMSsb-v.2015 segregada
Entrada em Invalidez	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina
Composição Familiar para os ativos do Plano BPDS	85% casados e mulher 4 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio / INPC
Fator Capacidade	0,98
Taxa real de juros	5,20% a.a.

Planos EPE

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2022
Mortalidade Geral	BR-EMSsb-v.2015 segregada
Entrada em Invalidez	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio / INPC
Fator Capacidade	0,98
Taxa real de juros	4,86% a.a.

PLANO BD Eletrobrás

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2022
Mortalidade Geral	AT-2000 M&F suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA
Mortalidade de Inválidos	RRB-83
Rotatividade	Nula
Composição Familiar dos ativos	70% casados e mulher 9 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	INPC
Fator Capacidade	0,98
Crescimento salarial	1,00%
Probabilidade de entrada em aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria integral
Taxa real de juros	5,20% a.a.

Planos CD I

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2022
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio
Taxa real de juros	4,80% a.a.

Fonte: MEMO-DB/DBA – 002/2023

O CFE ressalta que a tábua “BR-EMSsb-v2015 M&F” também foi aceita nos testes estatísticos para o Plano BD Eletrobrás. Para a população dos outros planos de benefícios da Eletros esta foi a recomendada pela Diretoria Executiva. A população do BD possui média de idade elevada. Especificamente para este Plano, as mortes nesta população foram maiores na pandemia e levaram o ajuste próximo a tábua AT-2000 M&F suavizada em 10%. Sem este excesso de falecimentos, a tábua “BR-EMSsb-v2015 M&F” seria mais adequada, o que leva a uma reflexão sobre a transitoriedade deste excesso de mortes e qual a tábua mais adequada ao longo prazo. O CFE ressalta que estatisticamente ambas são aceitas e passíveis de serem adotadas, e que a decisão da recomendação da consultoria Towers e da Diretoria, aprovados pelo Conselho Deliberativo da Eletros, se deu por critérios qualitativos baseados em dados quantitativos. Ambas as tábuas AT-2000 M&F suavizada em 10% e “BR-EMSsb-v2015 M&F” são aceitas estatisticamente, sendo esta última, uma opção mais conservadora.

O Plano BD apresenta equacionamentos em andamento (2011, 2013, 2015 e 2021) com previsão de contribuições definidas em percentual da folha de salário real de contribuição/benefícios:

ER	7905
JV	5216
DG	6010
AL	7469



Empregados ativos	mar/23	abr/23	
Contribuição Normal média	13,44%	13,44%	
Contribuição Extraordinária I (Déficit 2011)	0,00%	0,00%	Prazos (em dez/22)
Contribuição Extraordinária II (Déficit 2013)	7,69%	6,03%	1 ano
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	3,91%	4,03%	12 anos e 3 meses
Contribuição Extraordinária IV (Déficit 2021)	0,00%	4,13%	14 anos e 1 mês
Total	25,04%	27,63%	

Aposentados	mar/23	abr/23	
Contribuição Normal média	7,77%	7,77%	Prazos (em dez/22)
Contribuição Extraordinária I (Déficit 2011)	2,16%	2,25%	11 anos e 3 meses
Contribuição Extraordinária II (Déficit 2013)	13,16%	13,74%	11 anos e 8 meses
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	7,48%	7,78%	12 anos e 3 meses
Contribuição Extraordinária IV (Déficit 2021)	0,00%	5,41%	14 anos e 1 mês
Total	30,57%	36,95%	
Pensionistas e optantes pelo BPDs			
	mar/23	abr/23	
Contribuição Normal média	0,00%	0,00%	
Contribuição Extraordinária I (Déficit 2011)	0,00%	0,00%	
Contribuição Extraordinária II (Déficit 2013)	0,00%	0,00%	Prazos (em dez/22)
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	7,48%	7,78%	12 anos e 3 meses
Contribuição Extraordinária IV (Déficit 2021)	0,00%	5,41%	14 anos e 1 mês
Total	7,48%	13,19%	

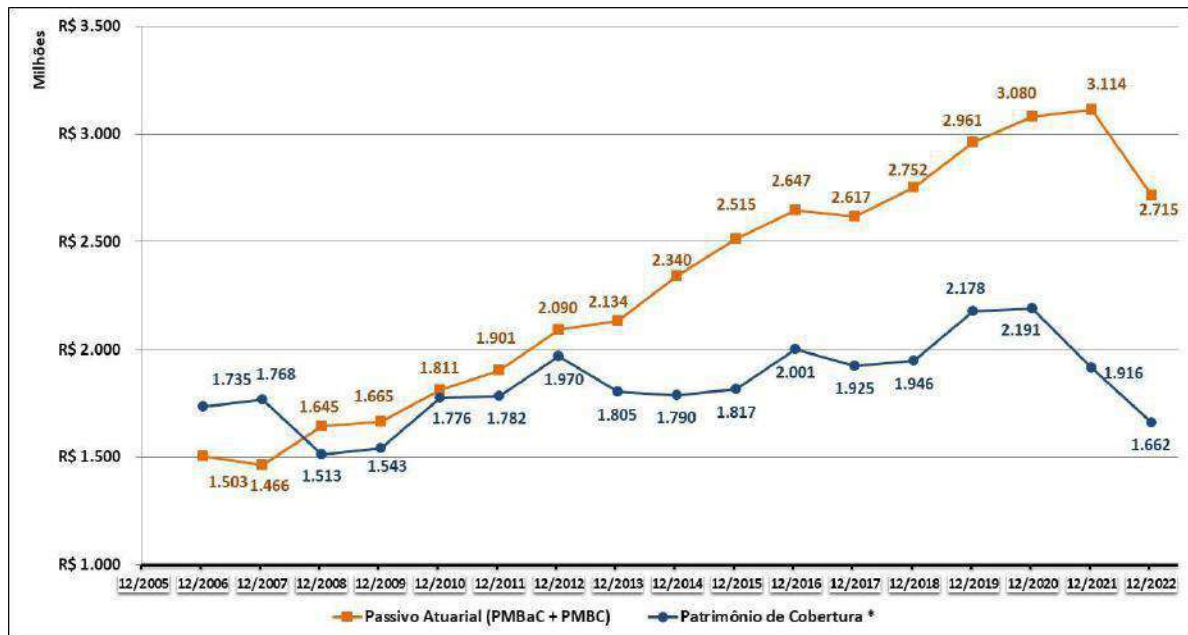
Com relação a este escopo, o CFE recomendou, na 442ª RCFE, de 10/05/2022, que o Conselho Deliberativo da Eletros defina uma Política com diretrizes para determinação da taxa de juros de referência. Essa Política deve permitir expressar, à priori, os critérios de determinação da Taxa Real de Juros dos planos, visto os fatores que influenciam essa tomada de decisão.

a. Plano BD ELETROBRÁS - Patrimônio de Cobertura x Passivo Atuarial até 31/12/2022 (em R\$ milhões)

O Plano BD apresenta equacionamentos em andamento (2011, 2013, 2015 e 2021) com previsão de contribuições definidas em percentual da folha de salário real de contribuição/Benefícios. Cabe ressaltar que houve migração de participantes do plano BD para o Plano CD, o que contribui para a queda do patrimônio do plano e conseqüentemente suas provisões.

ER	7905
JV	5216
DG	6010
AL	7469



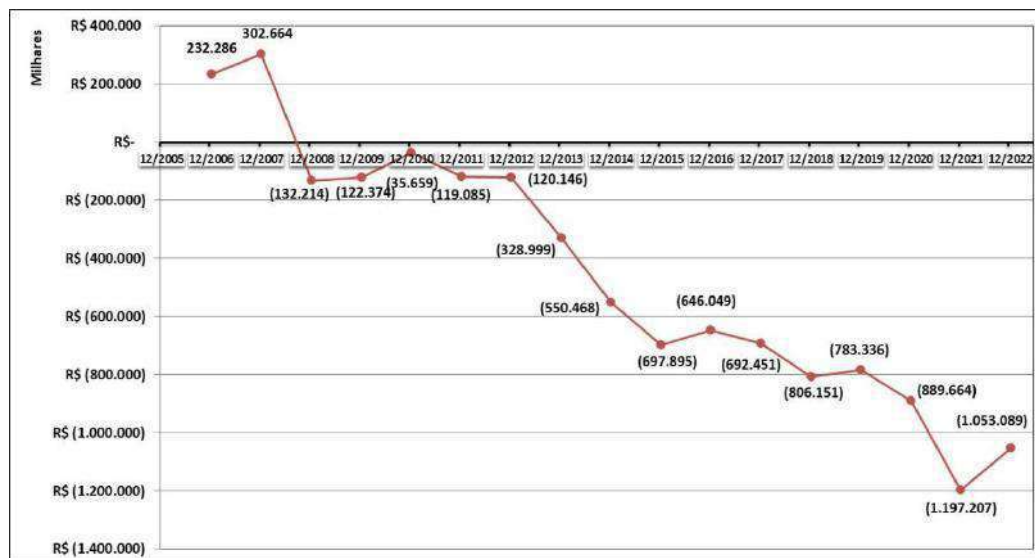


PMBaC = Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder

PMBC = Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos

* Líquido das Operações contratadas e das contribuições em atraso

Plano BD ELETROBRÁS – Histórico dos Déficits – Excesso / (Insuficiência) até 31/12/2022 (em R\$ milhares)



Excesso / (Insuficiência) = Patrimônio de Cobertura do Plano - Passivo Atuarial

b. Empréstimos Especial Vesting – Plano BD Eletrobrás

Em 31/12/2022, verifica-se a seguinte situação:

- ❖ 20 contratos ativos, atualizados mensalmente pela taxa de juros do empréstimo financeiro, acrescido da variação do INPC do IBGE;



- ❖ Descontos destinados à amortização que variam de 13,53% a 35,16% do valor bruto do benefício BD;
- ❖ Soma dos saldos devedores dos Empréstimos Especiais *Vesting* = R\$ 16.227.309,39;
- ❖ Fundo Garantidor de Empréstimos do Plano BD Eletrobrás = R\$ 13.260.306,20.

Neste escopo, o Conselho Fiscal da Eletros recomendou um estudo que demonstre a avaliação do risco de capacidade do Fundo Garantidor de Empréstimos do Plano BD Eletrobras suportar os Empréstimos Financeiros e *Vesting*, visto que o saldo devedor aumenta a cada ano, bem como medidas compensatórias para minimizar o risco.

c. Maturidade e Solvência dos Planos

Na tabela a seguir são apresentados o retrato, em 31/12/2022, dos percentuais de grau de maturidade e graus de solvência - bruto e líquido.

PLANO	GRAU DE MATURIDADE	GRAU DE SOLVÊNCIA BRUTO	GRAU DE SOLVÊNCIA LÍQUIDO
BD ELETROBRÁS	99,10%	61,22%	89,12%
CD ELETROBRÁS	62,27%	97,78%	99,46%
CV ONS	35,91%	101,40%	99,99%
EPE	9,27%	104,29%	100,00%
CD I	67,67%	100,36%	100,00%

Fonte: MEMO-DB/DBA – 003/2023

O Conselho Fiscal da Eletros observou que, devido aos planos de equalização de déficits, apenas o Plano BD possui situação de solvência em patamares baixos. Também há de se ressaltar que parcela dos planos de equacionamento encontram-se com parcelas suspensas por decisão judicial em disputas que contestam a responsabilidade do pagamento por participantes. Nos planos CD Eletrobrás e CV ONS, a solvência abaixo de 100% se justifica pela parcela de renda vitalícia de participantes que optaram por este instituto/benefício.

Face às ações nas esferas judiciais que discutem a cobrança de contribuições extraordinárias para equacionamento dos déficits do plano BD Eletrobras, sob a perspectiva do prazo para recebimento/conclusão das ações vis-à-vis o *duration* do Plano, o Conselho Fiscal da Eletros recomenda que seja realizado um estudo de liquidez como uma das ferramentas de apoio à monitorização deste risco sobre o fluxo de caixa da Entidade.

8. Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária

Ao longo do ano de 2022, o Conselho Fiscal apreciou os acompanhamentos orçamentários mensais, conforme constam nas Atas das reuniões periódicas realizadas neste período.

Com relação à execução orçamentária observamos variações entre o previsto e o realizado, conforme comentado a seguir:

a. Provisões Atuariais

Consta do Memorando DB/DBA-001/2023 os registros a seguir, no que tange a Variação (previsto x realizado) das Provisões Atuariais do Plano BD Eletrobrás e da Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás:

"Para fins de orçamento (elaborado nos meses de agosto e setembro de 2021), a DBA estimou a evolução das provisões matemáticas dos Planos até o encerramento de 2022 teoricamente (desde julho de 2021), considerando a inflação projetada para o ano de 2022 (à época da elaboração do orçamento, a expectativa de inflação para 2022 era de 3,92%, ou seja, cerca de 0,32% ao mês).

Destacamos que as provisões matemáticas da Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás são recalculadas mensalmente utilizando a variação do INPC com 1 mês de defasagem, enquanto as provisões matemáticas do Plano BD Eletrobrás são apuradas mensalmente de forma teórica através de planilha disponibilizada pela consultoria atuarial responsável pelo Plano, Willis Towers Watson.

Seguem as justificativas para a variação da conta "Constituição/Reversão de Provisões Matemáticas" do Plano BD Eletrobrás e da Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás no período de janeiro a dezembro de 2022:

	Plano	BD Eletrobrás	BPDS
A	(-) Variação prevista	R\$ 13.838.261	R\$ 6.987.013
B	(-) Variação realizada	-R\$ 514.800.197	-R\$ 141.403.231
C = B - A	Diferença a justificar	-R\$ 528.638.458	-R\$ 148.390.244

	Impacto em função de:	BD Eletrobrás	BPDS
D	INPC realizado > INPC esperado	R\$ 42.630.233	R\$ 7.489.508
E	Alteração da premissa taxa real de juros	-R\$ 160.597.470	R\$ -
F	Migração para o Plano CD I	-R\$ 217.679.224	-R\$ 73.558.370

G	Amortizações extraordinárias dos déficits decorrentes da migração	-R\$ 19.503.659	-R\$ 6.384.189
H	Equacionamento do Déficit de 2021	-R\$ 176.555.315	-R\$ 69.551.810

H = C - D - E - F - G - H	Outros (Ganhos) / Perdas atuariais e/ou financeiras no período:	R\$ 3.066.977	-R\$ 6.385.383
---------------------------	---	---------------	----------------

Fonte: MEMO - DB/DBA-001/2023

Os "Outros (Ganhos) / Perdas atuariais e/ou financeiras no período" justificam-se, uma vez que os Patrimônios de Cobertura dos Planos BD Eletrobrás e da Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás montam, em 31/12/2022, R\$ 1,92 bilhões e R\$ 0,30 bilhão, respectivamente.

b. Variação (previsto x realizado) das Provisões Atuariais da Parcela CV do Plano CD Eletrobrás:

A variação das Provisões Atuariais das Parcelas CV's foram estimadas, à época do orçamento, pela Gerências Actuarial e de Investimentos da Eletros considerando a rentabilidade projetada para o ano de 2022.

As variações das contas "Constituição/Reversão de Provisões Matemáticas" justificam-se considerando as rentabilidades acumuladas de janeiro a dezembro de 2022 para os Planos CD Eletrobrás, CV ONS e EPE.

• **Superávit / Déficit do período**

Considerando que as rentabilidades da Parcela Renda Vitalícia dos Planos CV ONS e CD Eletrobrás ficaram abaixo do esperado para o período de janeiro a dezembro de 2022, foi apurado déficit na Parcela Renda Vitalícia dos referidos planos em 31/12/2022.

• **Constituição / Reversão de Fundos Previdenciais**

Referem-se às oscilações nos fundos previdenciais em razão dos créditos referentes às sobras de resgates, às contribuições efetuadas pelos participantes e/ou patrocinadoras para custeio dos benefícios não programáveis e dos débitos relativos às transferências do fundo de riscos para as contas individuais dos participantes em decorrência das concessões de benefícios não programáveis, bem como custo mensal da apólice de seguro contratada, se cabível. Ressaltamos que quanto maior o saldo do Fundo de Riscos, mais recursos estarão disponíveis para garantir o pagamento dos benefícios de risco.

Ressaltamos que quanto maior o saldo do Fundo de Riscos, mais recursos estarão disponíveis para garantir o pagamento dos benefícios de risco.

Seguem as justificativas para a variação das contas "Constituição / Reversão de Fundos" no período de janeiro a dezembro de 2022:

Plano	CD Eletrobrás	CV ONS	EPE
Fundos Previdenciais em dez/21	R\$ 43.683.810	R\$ 9.763.409	R\$ 4.809.825
Fundos Previdenciais em dez/22	R\$ 38.593.837	R\$ 11.008.877	R\$ 5.508.539
(-) Variação prevista	R\$ 2.430.974	R\$ 709.898	R\$ 412.413
(-) Variação realizada	-R\$ 5.089.973	R\$ 1.245.468	R\$ 698.714

Fonte: MEMO - DB/DBA-001/2023

A "Variação realizada" dos Fundos Previdenciais dos Planos CV ONS e EPE justifica-se considerando a rentabilidade observada no período.

Considerando o encerramento da migração do Plano CD Eletrobrás para o Plano CD I em junho de 2022, houve uma considerável redução dos Fundos Previdenciais do Plano CD Eletrobrás nos moldes previstos em nota técnica atuarial."

c. Receitas e Despesas Previdenciárias



Com base no Memo DBR 001/2023, de 10/03/23, a seguir, apresentam-se as justificativas para as variações observadas nos relatórios de acompanhamento orçamentário referente ao 2º Semestre/2022:

I - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – BD ELETROBRÁS

RECEITAS

- Contribuição Normal da Patrocinadora (-80,72%): Variação devida em função da migração dos participantes ao Plano CD I, não estimadas no momento da elaboração do orçamento 2022.
- Contribuição Extra da Patrocinadora (157,89 %): Variação decorrente do pagamento total dos valores devidos ao equacionamento dos déficits dos participantes migrados para o Plano CD I nos meses de janeiro e fevereiro/2022 e da atualização dos contratos com cláusula atuarial dos Déficits 2013 e 2015, realizado no mês de julho/2022.
- Contribuições do Participante (-80,72%): Variação devida em função da migração dos participantes ao Plano CD I, não estimadas no momento da elaboração do orçamento 2022.
- Contribuição Extra do Participante (-84,80%): Variação devida em função da migração dos participantes ao Plano CD I, não estimadas no momento da elaboração do orçamento 2022.

DESPESAS

- Benefícios de Prestação Continuada (-6,59%): Variação devida em função da migração dos assistidos ao Plano CD I, não estimadas no momento da elaboração do orçamento 2022.

II - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – Plano BPDS

RECEITAS

- Contribuições da Patrocinadora (100%): Variação decorrente do pagamento total dos valores devidos ao equacionamento do déficit dos participantes migrados para o Plano CD I ocorrido no mês de junho/2022.

DESPESAS

- Benefícios de Prestação Continuada (-8,19%): Variação devida em função da migração dos assistidos ao Plano CD I, não estimadas no momento da elaboração do orçamento 2022.

III - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – CD ELETROBRÁS

RECEITAS

- Contribuições Voluntárias (-33,09%): Evento sem periodicidade definida sendo realizada de acordo com a disponibilização financeira dos participantes do Plano, para obtenção da majoração de suas reservas e da obtenção do benefício fiscal (dedução da base de cálculo do IR limitado a 12% dos rendimentos).

DESPESAS

- Benefícios de Prestação Continuada (-4,22%): Variação devida em função da migração dos assistidos ao Plano CD I, não estimadas no momento da elaboração do orçamento 2022.

IV - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – CV EPE

RECEITAS

- Contribuições Voluntárias (102,55%): Evento sem periodicidade definida sendo realizada de acordo com a disponibilização financeira dos participantes do Plano, para obtenção da majoração de suas reservas e da obtenção do benefício fiscal (dedução da base de cálculo do IR limitado a 12% dos rendimentos).

DESPESAS

- Benefícios de Prestação Continuada (-6,66%): o principal motivo da variação apresentada se deve a quantidade de concessões de benefícios ocorridas ao longo de 2022 menor que o estimado. Como o total de assistidos do plano é reduzido, qualquer variação na população de assistidos tem impacto considerável no valor anual das despesas.

V - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – CD I

RECEITAS

- Todas as Receitas (100%): Não foram realizadas estimativas orçamentárias no Plano CD I para o ano de 2022.

DESPESAS

- Todas as Despesas (100%): Não foram realizadas estimativas orçamentárias no Plano CD I para o ano de 2022.

d. Contingências dos Planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PARCELA BPDS DO PLANO CD ELETROBRÁS E PGA

O MEMO-PR/PRJ - 02/2023, emitido em 09/03/2023, apresentou as justificativas referentes às variações orçamentárias entre previsto e realizado da rubrica - "Constituições/Reversões de Contingências", constante da Demonstração de Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relativamente aos nos planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS, Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás e PGA, nos seguintes termos:

"Registra-se que houve variação orçamentária entre o Previsto e o Realizado das Contingências de janeiro a dezembro de 2022, pois não é possível mensurar com exatidão o Previsto de cada período. O Previsto, em relação à Contingência, que engloba os valores que serão contingenciados no ano seguinte, depende de diversos fatores, tais como o recebimento de citação de novos processos, a realização e apresentação em juízo de cálculos atuariais e periciais, o julgamento de processos, o fornecimento de informações pela ELETROBRAS e eventual intimação para pagamento de valores de emolumentos e condenações.

Nesse contexto, o Previsto é fornecido tomando por base uma série de critérios avaliados anualmente, tais como o maior valor de Contingência Realizada anual na comparação dos



anos anteriores ao do estabelecimento da Previsão, ou então a média dos Realizados nos anos anteriores ao da Previsão.

O Realizado, por sua vez, é fornecido pela Gerência de Controladoria - DFC e obtido a partir das contingências solicitadas pela Gerência Jurídica e de Governança - PRJ quanto aos processos com prognóstico de perda provável, eventuais emolumentos e demais valores pagos não contingenciados, depósitos judiciais e outras informações.

Na oportunidade, salientamos que eventualmente ocorrem depósitos em conta da Eletros ou dos respectivos planos de benefícios, relativos ao levantamento de valores recuperados, motivo pelo qual o valor Previsto e o valor Realizado têm remota possibilidade de serem os mesmos.

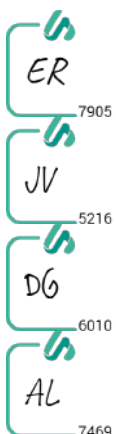
Especificamente em relação à rubrica "Constituição/Reversão de Contingências Adm." da Demonstração de Resultado da Gestão Administrativa, cumpre esclarecer que até o final de 2020 havia uma segregação entre a rubrica "PIS E COFINS", cujo Previsto e Realizado eram preenchidos pela DFC, e a rubrica "OUTRAS CONTINGÊNCIAS", esta última de responsabilidade da PRJ. Todavia, a partir de janeiro de 2021, as mencionadas rubricas foram unificadas, passando à nomenclatura única de "Constituição/Reversão de Contingências Adm.".

De janeiro a dezembro de 2022, quanto ao PGA, a PRJ pediu que fosse provisionado valor referente aos honorários sucumbenciais devidos quanto ao processo n. 0007245-06.1994.4.02.5101, de R\$ 27.336,28, valor este posteriormente depositado em juízo; solicitou também o provisionamento de R\$ 5.474,19 de condenação em honorários sucumbenciais quanto ao processo n. 0229553-46.2017.4.02.5101; e foi recebido o valor de R\$121,33, quanto ao processo n. 5046805-87.2019.4.02.5101, de reembolso de custas judiciais.

Os demais valores constantes do Realizado do Resultado da Gestão Administrativa decorrem de lançamentos de responsabilidade da DFC, referentes aos valores provisionados e posteriormente depositados em juízo de PIS e de COFINS, sendo que à medida que a variação das receitas administrativas é superior ao orçamento no período, a base de cálculo aumenta e conseqüentemente ocorre o acréscimo nos valores devidos de PIS e de COFINS, o que justifica a variação orçamentária entre Previsto e Realizado.

No que tange aos valores constantes do Realizado de janeiro a dezembro de 2022 dos Planos BD Eletrobrás, CD Eletrobrás e Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás, temos os seguintes comentários a tecer, com as principais alterações efetuadas no período:

- 1- Plano BD ELETROBRÁS - foi efetuado o pagamento de custas necessárias ao desenvolvimento de processos e ao protocolo de recursos, bem como honorários periciais. Outrossim, foi solicitada a alteração do valor de contingência futura dos processos nº 0242825-55.2009.8.19.0001, 0150615-24.2005.8.19.0001, 0125018-19.2006.8.19.0001, 0326265-41.2012.8.19.0001, 0000531-64.2011.5.01.0029 e 0007600-66.1991.5.01.0024, respectivamente, em razão, de apresentação de cálculo pelo perito em juízo; apresentação de cálculo em juízo pela parte autora em processo em fase de execução; elaboração de cálculos atualizados pelo assistente técnico da Eletros;





apresentação em juízo de cálculos pela Eletros; e elaboração de cálculo e sua apresentação em juízo pelo assistente técnico da Eletros, passando respectivamente de R\$ 189.938,93 para R\$ 1.243.332,10, de R\$ 1.484.000,00 para R\$ 3.078.982,62, de R\$ 3.967.696,02 para R\$ 6.521.491,61, de R\$ 325.439,56 para R\$ 958.284,60, de R\$ 22.000,00 para R\$ 89.830,20 e de R\$ 106.804,39 para R\$ 139.026,93. Ademais, houve reversão do valor de contingência futura no processo nº 0423215-15.2012.8.19.0001, de R\$ 995.785,22, em razão de opção pela migração ao Plano CD I, com renúncia aos processos judiciais ativos; no processo nº 0002200-36.2007.5.01.0016, de R\$ 353.368,25, em razão do cumprimento da obrigação de fazer e depósito em juízo de valores retroativos; e no processo nº 0013398-74.2021.8.19.0001, de R\$ 237.178,87, em razão do pagamento em juízo do valor incontroverso devido, sem impacto para o Plano. Foi requerido ainda o provisionamento de valor referente ao processo nº 0063769-72.2003.8.19.0001, decorrente de cálculo do assistente técnico em razão de acórdão desfavorável à Eletros, com contingenciamento de R\$ 262.489,20; ao processo nº 0048951-23.2000.8.19.0001, decorrente de julgamento de acórdão de apelação em linha com acórdão paradigma do STF, com contingenciamento de R\$ 17.323.679,78; ao processo nº 0227297-24.2022.8.19.0002, em razão de novo processo com prognóstico provável, com contingenciamento de R\$ 38.731,35; ao processo nº 0187677-73.2020.8.19.0001, decorrente de julgamento de acórdão de apelação confirmando sentença, com contingenciamento de R\$ 8.915,29; e ao processo nº 5001597-25.2020.4.02.5108, decorrente de condenação em honorários sucumbenciais em grau recursal, com contingenciamento de R\$ 7.093,61. Por fim, a Eletros levantou o valor de R\$ 7.368,29, nos autos do processo nº 0423215-15.2012.8.19.0001, relativo à devolução de honorários periciais de perícia não realizada.

- 2- Plano CD ELETROBRÁS – foi efetuado o pagamento de honorários periciais para desenvolvimento do processo. Ademais, foi solicitada a alteração do valor de contingência futura do processo nº 0000438-38.2010.5.01.0029, em razão de cálculo do assistente técnico da Eletros após apresentação de diferenças salariais em juízo, passando de R\$ 69.224,04 para R\$ 101.153,63; e do processo nº 0000438-38.2010.5.01.0029, considerando a apresentação em juízo de valor atualizado pelo assistente técnico da Eletros, passando de R\$ 101.153,63 para R\$ 102.688,62. Outrossim, houve reversão do valor de contingência futura do processo nº 0165300-12.2009.5.01.0045, pois o Autor do processo optou pela migração ao Plano CD I e renunciou aos processos judiciais ativos, revertendo-se R\$ 48.127,65; e do processo nº 0068400-06.2009.5.01.0032, em razão da celebração de acordo em juízo, com pagamento de valores diretamente pela Eletrobras ao Autor, revertendo-se R\$ 391.341,10. Outrossim, a contingência futura do processo nº 001019-79.2011.5.01.0009 foi zerada, em razão de depósito em juízo, para fins de embargos à execução, de R\$ 47.407,26, objeto de homologação judicial, com contabilização da diferença entre o valor anteriormente provisionado (R\$ 14.574,85) e o valor depositado em juízo. Por fim, foi registrado o êxito quanto a depósito judicial realizado no processo nº 0165300-12.2009.5.01.0045, de R\$ 81.651,57, em razão de opção pela migração exercida pelo Autor e renúncia aos processos judiciais ativos; e a Eletros recebeu de volta honorários periciais no âmbito do processo judicial nº 0068400-06.2009.5.01.0032, de R\$ 2.182,06, tendo em vista que a perícia não ocorreu em razão da celebração de acordo.

ER
7905
JV
5216
D6
6010
AL
7469



3- Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás – foi requerida a alteração da contingência futura do processo nº 0001585-19.2011.5.01.0012, em razão da homologação do laudo pericial, passando de R\$ 435.651,41 para R\$ 681.362,47,

Ressalva-se que o valor final contabilizado de Realizado envolve uma série de fatores, tais como emolumentos, pagamentos e valores recebidos no mês e que a metodologia utilizada e valores efetivamente contabilizados devem ser obtidos junto à DFC.

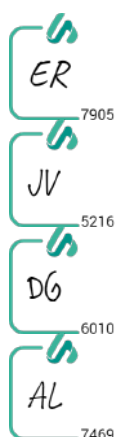
Em relação aos planos CV ONS, CV EPE e CD I, conforme demonstrações de resultado enviadas pela DFC, não foram registradas contingências pertinentes à PRJ de janeiro a dezembro de 2022”.

e. Indicadores de Desempenho de Gestão

Os indicadores da gestão administrativa foram estabelecidos no capítulo VIII, Art. 19 do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, conforme a seguir:

- I. Despesas Administrativas em relação ao total de participantes
- II. Despesas Administrativas em relação aos recursos garantidores;
- III. Despesas Administrativas em relação ao Ativo total;
- IV. Despesas Administrativas com pessoal e encargos em relação aos recursos garantidores;
- V. Custeio Administrativo em relação aos recursos garantidores;
- VI. Receita Administrativa em relação às despesas administrativas;
- VII. Despesas administrativas em relação ao fundo administrativo; e
- VIII. Constituição/Reversão do fundo administrativo.

Anualmente, o CDE aprova as metas para os indicadores da gestão administrativa. Com base no acompanhamento efetuado, abaixo, apresentamos as variações no exercício de 2022 e na sequência os principais fatores contidos no MEMO - DF/DFC - 002/23, de 15/03/23 e nas interações explicativas:



Descrição	Interpretação	2022			
		Plano	Orçado	Realizado	Variação
I. Despesas Administrativas / Total de Participantes	Demonstra o valor médio pago por ano, por cada participante, para manter a EFPC em operação. Quanto menor, melhor.	Consolidado	5.711,61	5.591,55	-2,10%
II. Despesas Administrativas / Recursos Garantidores	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de seus recursos garantidores e de suas despesas administrativas.	Consolidado	0,52%	0,56%	7,57%
III. Despesas Administrativas / Ativo Total	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de suas despesas administrativas.	Consolidado	0,51%	0,53%	3,68%
IV. Despesas Administrativas com Pessoal e Encargos / Recursos Garantidores	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de seus recursos garantidores e de suas despesas administrativas com pessoal e encargos.	Consolidado	0,34%	0,38%	10,08%
V. Custeio Administrativo / Recursos Garantidores	Quanto maior o percentual, mais próxima a entidade estará de comprometer o limite de transferência do custeio administrativo.	BD Eletrobrás	0,39%	0,42%	5,85%
		CD Eletrobrás	0,39%	0,43%	9,26%
		Eletrobrás CD I	0,00%	0,30%	100,00%
		EPE	0,38%	0,38%	0,50%
VI. Receitas Administrativas / Despesas Administrativas	Como tendência, quanto maior o indicador, melhor o resultado apurado no período.	Consolidado	112,49%	116,09%	3,21%
VII. Despesas Administrativas / Fundo Administrativo	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de suas despesas administrativas.	Consolidado	25,86%	25,27%	-2,28%
VIII. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo / Fundo Administrativo do exercício anterior	Quanto maior o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na manutenção do crescimento real do Fundo Administrativo.	Consolidado	1,69%	2,67%	58,13%

I. A variação refere-se à realização das despesas administrativas no exercício de 2022 ter sido inferior ao previsto para o mesmo exercício, em função, basicamente, da não realização de gastos relacionados ao planejamento estratégico e despesas específicas relacionadas aos processos de migração e demandas judiciais Plano BD Eletrobrás.

II. e III. Em função do cenário econômico, os recursos garantidores foram inferiores ao previsto.

IV. Houve um aumento em Pessoal e Encargos referente ao acordo coletivo, além dos recursos garantidores terem obtido resultados inferiores ao previsto devido ao cenário econômico.

V. A média ponderada da taxa de administração ficou em 0,40%, sendo inferior ao limite consolidado para cobertura das despesas administrativas do conjunto dos Planos de Benefícios administrados pela Eletros e aprovado pelo Conselho Deliberativo. Este resultado é positivo, pois foram aplicadas as taxas de administração adequada aos seus Planos Previdenciários de 0,40% sobre os recursos garantidores. No caso do Plano CDI Eletrobrás, a variação é decorrente de não ter tido previsão orçamentária em 2022.

VI. O resultado demonstra que a realização das despesas administrativas foi menor do que o previsto, impactado pelos fatores descritos no item I, enquanto a receita administrativa obteve resultados superiores ao previsto, influenciado basicamente, pela rentabilidade dos investimentos do PGA e a constituição do fundo compartilhado.

VII. e VIII. O resultado demonstra que a realização das despesas administrativas foi menor do que o previsto, devido a não realização de gastos relacionados ao planejamento estratégico e despesas específicas relacionadas aos processos de migração e demandas judiciais Plano BD Eletrobrás, enquanto a receita administrativa obteve resultados

superiores ao previsto impactado majoritariamente pela taxa CDI e preços dos títulos públicos menores que os previstos para o período, fazendo com o fundo administrativo fosse acrescido ao longo do exercício.

Considerando a análise da execução orçamentária, na 453ª Reunião do Conselho Fiscal, de 30 de novembro de 2022, o CFE deliberou pela formação de uma comissão, formada por membros do CFE, para aprofundar sua análise sobre algumas operações do PGA.

9. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade

A Gestão Integrada de Riscos deve estar alicerçada na identificação, monitoramento e controle dos fatores de risco que impactam os objetivos da Entidade, cabendo aos dirigentes aprovar e rever, de forma periódica, a estratégia adotada para seu gerenciamento, o que envolve a identificação destes riscos a que a Entidade está exposta, o estabelecimento de níveis aceitáveis de tomada de risco, com permanente gerenciamento e com o objetivo de medir, monitorar e controlar os riscos identificados.

O processo de gerenciamento de riscos da Entidade deve buscar identificar e considerar fatores internos – planos administrados; qualificação técnica dos profissionais; estrutura organizacional, bem como fatores externos – cenário econômico-financeiro.

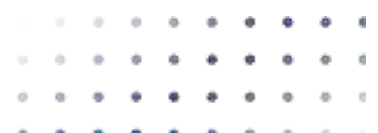
O Conselho Fiscal, nas suas reuniões ordinárias, conta com apresentações realizadas pelas áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos (PRG), *Compliance* (PRJ) e Auditoria Interna (AUD), tomando conhecimento das iniciativas desenvolvidas pelas áreas e tem apresentado sugestões de melhorias.

A. Gestão de Riscos

À luz da CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, todos os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos da EFPC devem ser continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados, e a CGPC instrui ainda que os riscos devem ser identificados por tipo de exposição e avaliados quanto à sua probabilidade de incidência e quanto ao seu impacto nos objetivos e metas traçados pela Entidade.

De acordo com o Relatório Gerencial/PRG - 001/22, de 21/03/2023, a área PRG reportou ações, no exercício de 2022, para a preparação do Sistema SoftExpert visando a estruturação das análises e monitoramento de riscos. Neste sentido, a PRG reportou que elaborou material e conduziu reuniões com os facilitadores dos processos da DB – Diretoria de Benefícios Previdenciários orientando a análise dos seus respectivos riscos. Adicionalmente, a PRG reportou que a metodologia de apuração dos riscos também sofreu ajustes, passando a ser apurado os riscos existentes em cada atividade descrita no fluxo do processo. O referido ajuste tem como objetivo identificar com mais assertividade e clareza onde estão contemplados os riscos de cada processo e assim trabalhar, em conjunto com o “dono” do processo, a busca de soluções para o tratamento dos riscos identificados.

A materialização da Matriz de Riscos ainda depende de adequações sistêmicas com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2023. Portanto, a Matriz de Riscos e Controles da



Fundação não foi apresentada ao CFE no período base desta Manifestação - exercício de 2022.

Adicionalmente, o CFE observou a continuidade das práticas iniciadas pela PRG em junho de 2021, para a gestão dos riscos de investimentos, por meio dos relatórios apresentados nas reuniões da DEE e CEI. Tais práticas permitem à Administração da Eletros acompanhar, por meio de indicadores, os riscos de crédito; liquidez, mercado; legal (aderência à política de investimento; aderência à resolução 4.661; aderência das rentabilidades e aderência ao regulamento de gestão interna e externa). O CFE observou, ainda, por meio dos relatórios de autonomia, a continuidade da prática de gestão de riscos de investimentos no âmbito do controle e monitoramento das alçadas de decisão, de cada instância, para aprovação da aplicação dos recursos dos planos da Entidade.

A partir da avaliação do exposto de que não foram evidenciadas práticas estruturadas e normativas para gestão dos riscos corporativos, visando garantir adequada e oportuna identificação das deficiências relevantes da Entidade, o CFE entende que há possibilidades de melhorias, e recomenda:

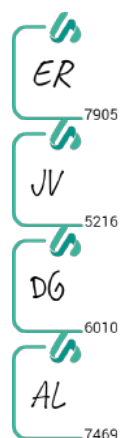
1. Que a metodologia a ser utilizada preveja a Gestão Integrada de Riscos, com abordagem sistêmica, visando identificar, avaliar, controlar e monitorar, por meio de indicadores, os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos da Eletros, incluindo, mas não se limitando aos riscos: Atuarial; TI; Segurança da Informação; Compliance; e Estratégico;
2. A elaboração de um plano de ação contendo os principais objetivos relacionados a eficácia operacional e associados aos principais riscos que a Eletros está exposta, bem como as principais ações, prazos e marcos.

B. Controles Internos

Em ampla definição, compreende-se controles internos como um conjunto de regras, diretrizes, procedimentos, protocolos e práticas implantadas por rotinas automatizadas e/ou manuais afetas às operações e atividades críticas da empresa, instituídas de forma integrada pela administração e pelo corpo de servidores das organizações, visando assegurar que os riscos inerentes às atividades da instituição sejam identificados e gerenciados adequadamente, com a finalidade maior de fornecer razoável garantia de que os objetivos gerais da organização serão alcançados. A implantação dos controles internos deve ter o foco no risco.

Segundo o COSO – *The Committee of Sponsoring Organizations*, controles internos é constituído por 5 elementos, que estão inter-relacionados entre si, quais sejam:

- ❖ Ambiente de Controle – O ambiente de controle é efetivo quando as pessoas da entidade sabem quais são as suas responsabilidades, os limites de sua autoridade e se têm consciência, competência e o comprometimento de fazerem o que é correto da maneira correta. Ambiente de controle envolve competência técnica e compromisso ético; é um fator intangível, essencial à



efetividade dos controles internos. A postura da alta administração desempenha papel determinante neste componente, pois quem dá o tom de controle da entidade são os administradores.

- ❖ Avaliação e Gerenciamento dos Riscos – A avaliação de riscos, neste contexto, é a identificação e análise dos riscos associados ao não cumprimento das metas e objetivos operacionais, de informação e de conformidade. Os administradores devem declarar formalmente os níveis de riscos operacionais, de informação e de conformidade que estão dispostos a assumir.
- ❖ Atividade de Controle – As atividades de controle podem ser de natureza preventiva ou detectiva. As principais atividades são: alçadas; autorizações; conciliações; revisões de desempenho; segurança física e lógica; segregação de funções; sistemas informatizados e normatização interna.
- ❖ Informação e Comunicação – A comunicação é essencial para o bom funcionamento dos controles. Informações sobre planos, ambiente de controle, riscos, atividades de controle e desempenho devem ser transmitidas à toda entidade.
- ❖ Monitoramento – O monitoramento é a avaliação dos controles internos ao longo do tempo. Ele é o melhor indicador para saber se os controles internos estão sendo efetivos ou não.

No exercício de 2022, o Conselho Fiscal observou que a PRG - Gerência da Gestão de Riscos envidou esforços no sentido de avaliar e reestruturar o Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ, incluindo a reformulação da ferramenta de suporte e mantendo os Objetivos da Qualidade¹ anteriormente definidos pela administração, que são: (i) Disponibilidade dos Contracheques no Site; (ii) Disponibilização das Reservas no Site; (iii) Nível de Atendimento Telefônico; (iv) Nível de Tickets Não Resolvidos há mais de 4 dias; (v) Participantes com 100% de Contribuição Básica Mensal; (vi) Número de Reclamações via Zendesk; (vii) Número de Não-Conformidades; (viii) Nível de Perda Decorrente da Carteira de Empréstimos; (ix) Fechamento da Carteira de Empréstimo; e (x) Fechamento da Arrecadação.

Outrossim, foi possível observar que a estratégia da administração consiste na implantação/evolução do SGQ por Diretoria, tratando de forma fragmentada a Entidade, o que pode impactar na visão sistêmica dos riscos corporativos.

B.1. Certificação NBR ISO 9.001:2015

O segundo semestre de 2022 foi marcado pela obtenção da Certificação ISO 9.001:2015 concedida pela ABNT, certificadora contratada para a realização da auditoria de qualidade, em 08/12/2022 para o alcance dos Objetivos da Qualidade¹ supracitados, derivados dos processos de Adesão e Cadastro, Arrecadação e Reserva, Concessão de Benefícios, Processamento da Folha, Gestão do Passivo Atuarial, Atendimento, Institutos, Convênio INSS, Seguros e Empréstimos.





A Certificação de Qualidade ISO 9.001:2015 é reflexo do esforço de toda a Eletros para reconstruir o seu Sistema de Gestão de Qualidade e trazer de fato os benefícios da sua adequada implantação, especialmente da DB - Diretoria de Benefícios.

Encerrada a auditoria de Certificação, a Eletros foi sinalizada a proceder os ajustes abaixo listados no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua comunicação, ou seja, até 07/01/2023:

NÃO-CONFORMIDADES				
#	Item da Norma	Comentário	Ações de Melhoria	Status
1	6.1 - Ações para abordar riscos e oportunidades	Não identificou os riscos e oportunidades dos processos de apoio do seu sistema de gestão: E.O.: Processo de SGQ	Elaboração de Mapa de Riscos e Oportunidades dos Processos de Apoio referentes ao SGQ.	Concluído
2	6.1 - Ações para abordar riscos e oportunidades	Não identificou os riscos e oportunidades dos processos de apoio do seu sistema de gestão: E.O.: Processo de Recursos Humanos	Elaboração de Mapa de Riscos e Oportunidades dos Processos de Apoio referente ao RH.	Concluído

De acordo com o Relatório Gerencial/PRG - 001/22 de 21 de março de 2023, emitido pela PRG para subsidiar o Relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal, tão logo foram recebidos os apontamentos, a PRG prontamente providenciou as ações necessárias para o cumprimento das demandas apontados e, em 27/10/2022, as soluções foram apresentadas na RAC 005-2022, sendo dado o devido conhecimento e recebido o aval para a subsequente comunicação à entidade certificadora, a ABNT.

Entre as ações que se encontravam em andamento e com impactos relevantes, foram destacados: 1. Estudo do Seguro Prestamista a fim de verificar a viabilidade para a concessão de empréstimos financeiros aos participantes do Plano CD I; 2. Análise de

contratação do Serasa; 3. Proposta de Regulamento CD Eletrobras com envio às patrocinadoras; e 4. Adequação à Res. 12/2022 (CNPJ por Plano), cujo prazo de implantação foi prorrogado para 30/06/2023.

Vale destacar que, em razão da necessidade de revisão e/ou criação de Processos e Procedimentos Operacionais, a PRG, com o apoio da Diretoria de Benefícios, priorizou as ações de aprimoramento dos processos da referida diretoria, postergando, portanto, as respectivas análises de risco.

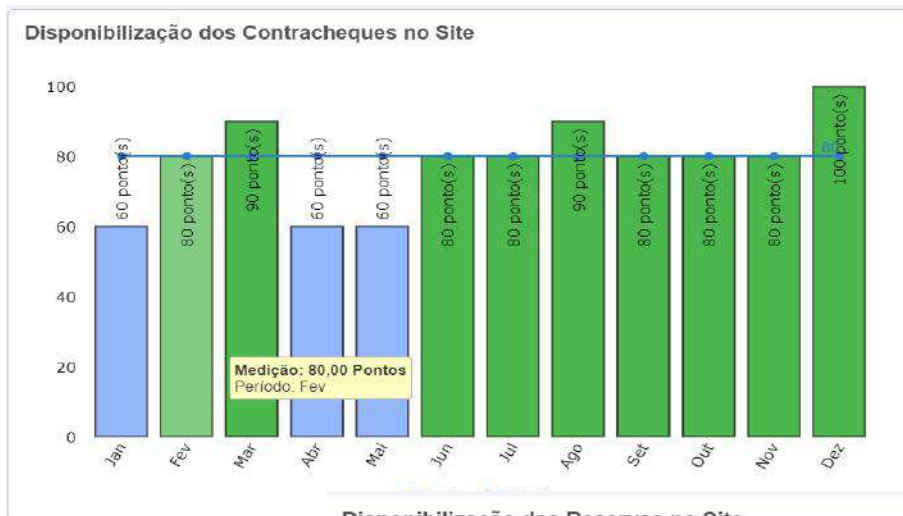
B.1.1 Objetivos da Qualidade

A Eletros acompanhou, a partir do segundo semestre de 2022, os 10 (dez) indicadores referentes aos Objetivos de Qualidade¹, divididos em 4 (quatro) perspectivas: Satisfação do Cliente; Resultado; Controle e Riscos e Eficiência Operacional.

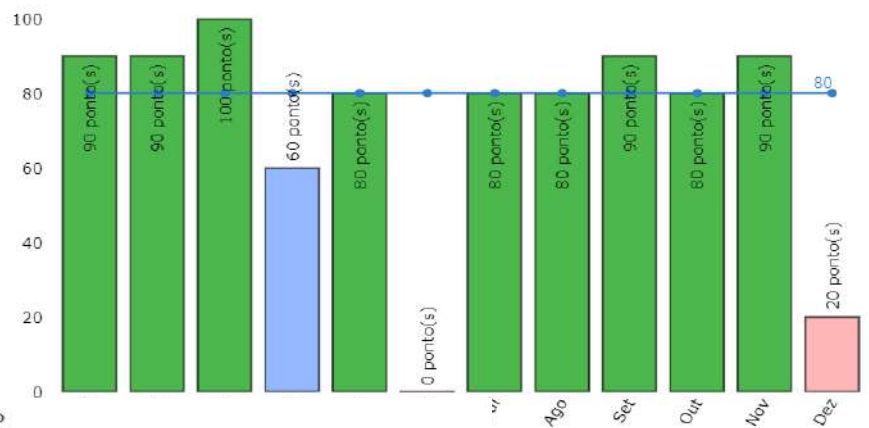
Satisfação do Cliente

- Disponibilização de Contracheques no Site: visa monitorar o tempo da geração dos contracheques visando maior agilidade na disponibilização da informação ao participante e cuja métrica está atrelada ao tempo da disponibilização da informação antes da data do efetivo pagamento. Em maio de 2022, no fechamento da folha de benefícios, após análise dos profissionais da Eletros, não foi identificada a necessidade de abertura de uma não-conformidade, tendo em vista que o processo ocorreu dentro do prazo estipulado. Neste sentido e observado o objetivo deste indicador, que é acompanhar a disponibilização do contracheque dentro dos prazos estipulados, cabe ponderar que a ocorrência de inconsistência no sistema e tratamento pelo fornecedor pode resultar em riscos de natureza operacional, devendo desta forma, sistematicamente, gerar abertura de uma não-conformidade para adequada formalização da análise dos riscos que podem acarretar perda de integridade e confidencialidade dos dados e/ou informações. A condição de abertura sistemática de uma não-Conformidade, quando ocorrer inconsistências no sistema, permitirá que o indicador “número de não conformidades” alcance o seu objetivo de Controle e Risco.
- Disponibilização das Reservas no Site: depende da integração dos sistemas com o Cotas para o seu subsequente fechamento e atualização das reservas antes de sua disponibilização. O segundo semestre apontou o cumprimento dos prazos em quase todo o período, à exceção do mês de dezembro, quando foram observados problemas de integração do abono anual e adiantamento com a reserva. Os fornecedores foram acionados, contudo, a solução do problema não foi dentro do tempo necessário para o cumprimento do prazo.
- Nível de Serviço de Atendimento Telefônico: visa monitorar as interfaces de relacionamento com os participantes e assistidos, relacionando a quantidade de atendimentos realizados versus tentativa de contato no canal de telefonia. Este indicador superou a meta estabelecida, a partir de junho/22.
- Perspectiva de Satisfação do Cliente é o de Número de Tickets Não Resolvidos há mais de 4 Dias: visa monitorar o tempo de resposta dos tickets, com o objetivo de atender todos os participantes prontamente. No segundo semestre de 2022, este indicador

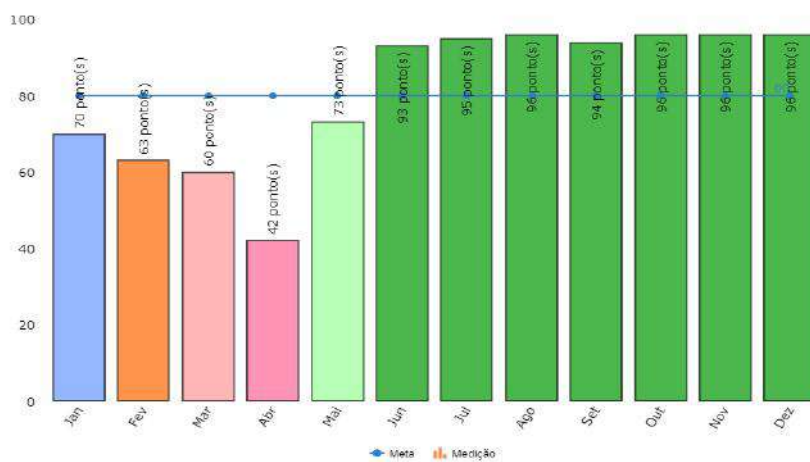
superou a meta estabelecida, demonstrando o resultado do trabalho implementado e que visa a melhoria do atendimento.



Disponibilização das Reservas no Site



Nível de Serviço do Atendimento Telefônico

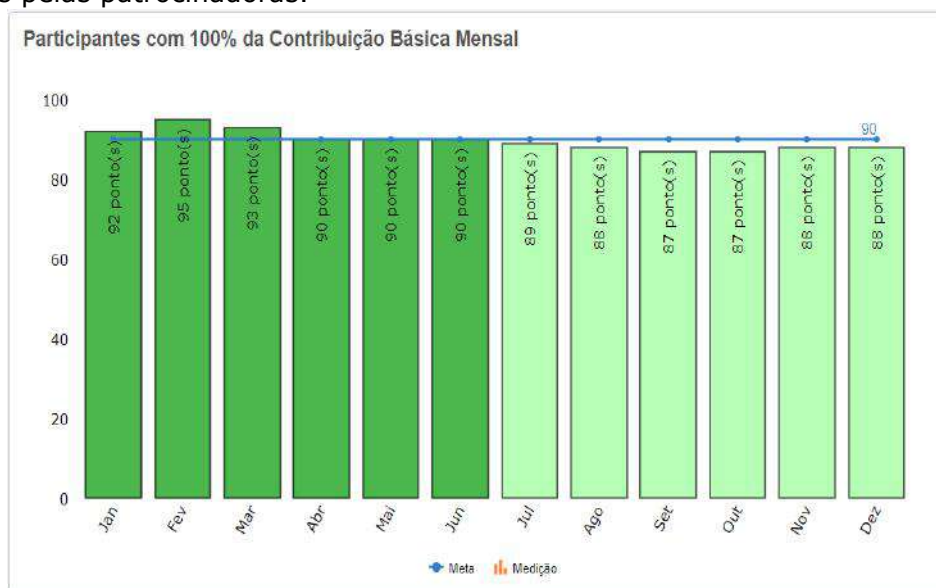




Resultado

Dentro dessa Perspectiva, a Eletros possui o indicador que monitora os participantes que mantém seu nível contributivo com 100% da contribuição básica mensal, Participantes com 100% da Contribuição Básica Mensal.

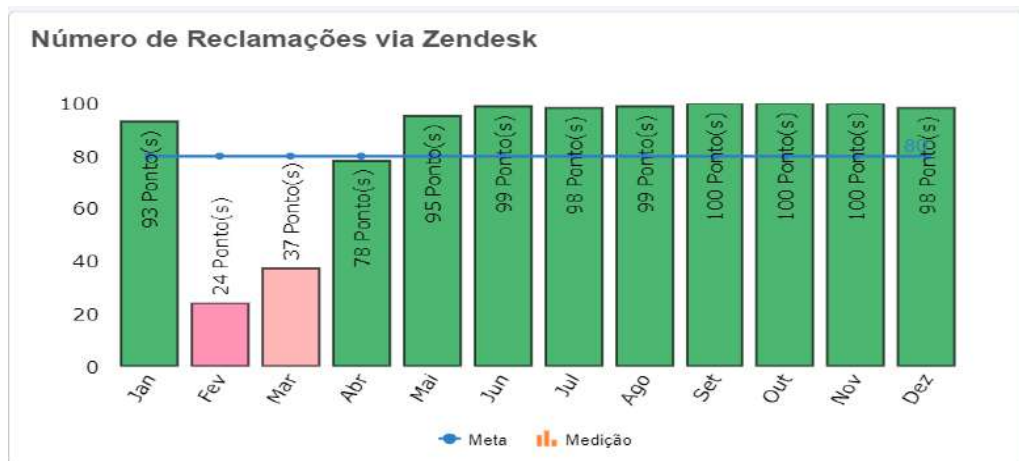
Para este indicador, verifica-se uma leve queda ao longo do 2º semestre do ano. O Relatório Gerencial/PRG - 001/22, de 21 de março de 2023, relatou que a referida verificação demandou a criação de um plano de ação por parte da DBR vislumbrando a possibilidade de incremento contributivo dos participantes. Considerando que o plano não atingiu o objetivo almejado, a Eletros envidou esforços para trazer a importância da previdência complementar aos novos entrantes, participando das reuniões de ambientação promovidas pelas patrocinadoras.



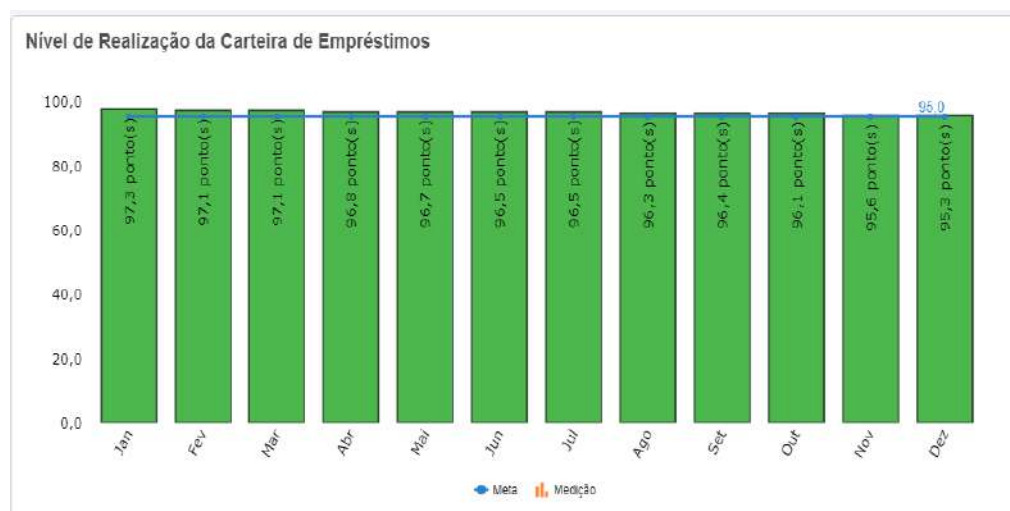
Controle e Risco

Os indicadores contidos visam observar ações que culminam em mais impacto às rotinas e retornos.

- Número de Reclamações via Zendesk: o objetivo é monitorar a quantidade de reclamações recebidas e seus subsequentes tratamentos.



- Nível de Realização da Carteira de Empréstimos: visa acompanhar o comprometimento da carteira de empréstimos com relação a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). O limite aceitável equivale a 95% e a partir de maio de 2022, observa-se perdas dentro dos limites estabelecidos.

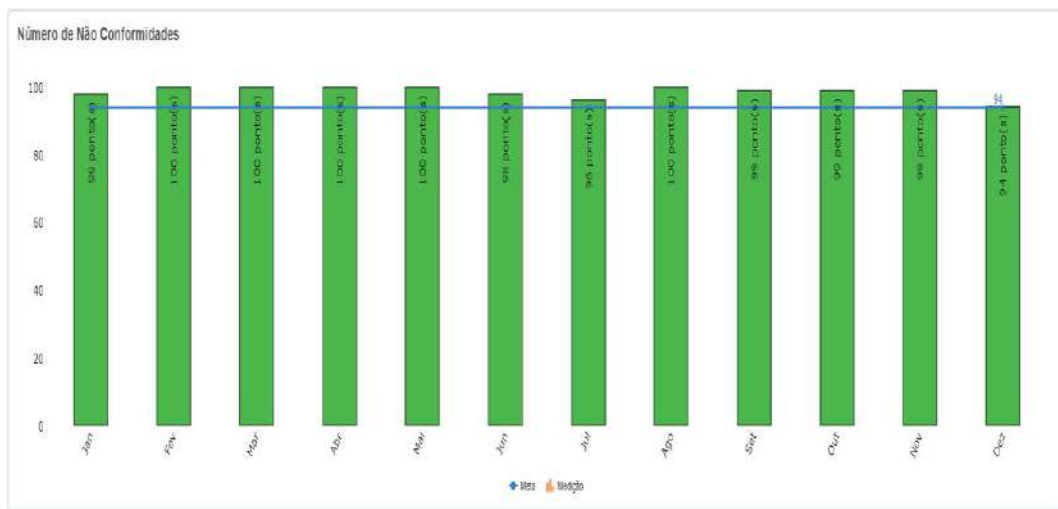


- Número de Não Conformidades: equivale aos registros que foram realizados em razão de problemas identificados na elaboração das atividades de rotina das áreas visando avaliar a maturidade dos processos que fazem parte do escopo do SGQ e a quantidade de ações que precisam ser observadas em cada um desses processos. O registro de não conformidade fica atrelado a uma análise mais aprofundada por parte do analista, que



busca identificar a causa raiz e tratá-la de modo a evitar problemas similares futuros. Para este indicador, considera-se aceitável a abertura de até 6 (seis) não conformidades registradas ao mês.

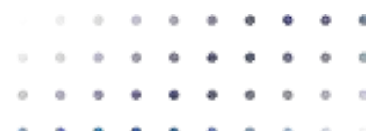
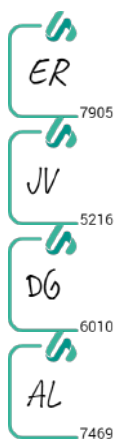
O CFE entende que para o alcance efetivo da eficácia deste indicador é necessário que este esteja atrelado a aferição da qualidade dos sistemas que suportam os processos. Haja vista as ocorrências relatadas de problemas nos sistemas que impactaram a apuração dos indicadores Disponibilização de Contracheques no Site e Disponibilização das Reservas no Site e não impactaram o indicador Número de Não Conformidades.

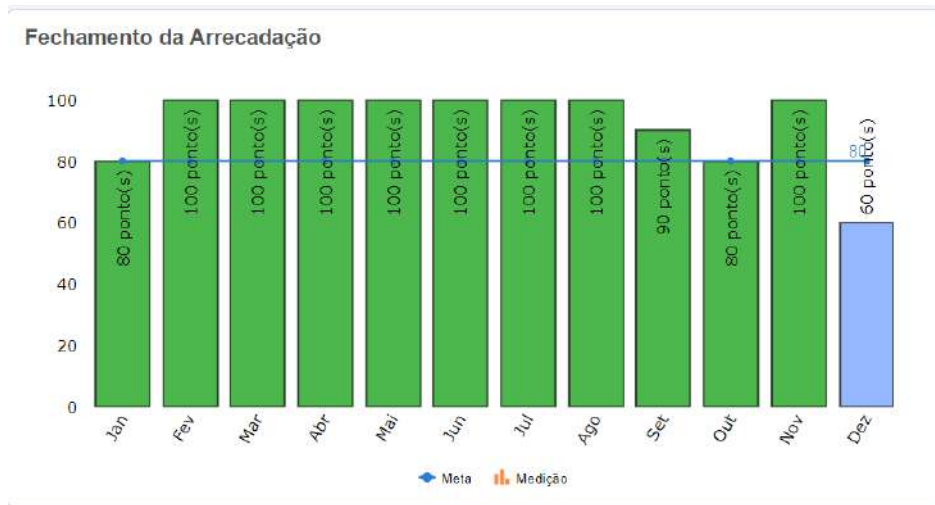


Eficiência Operacional

Dentro da Perspectiva e Eficiência Operacional, a Eletros conta com 2 (dois) indicadores: Fechamento da Carteira de Empréstimo e Fechamento da Arrecadação.

- Fechamento da Arrecadação: este indicador diz respeito ao tempo necessário para proceder a conciliação e a devida apropriação das contribuições recebidas em cada plano, a partir do recebimento dos arquivos gerados por cada patrocinador. Com relação ao mês de dezembro de 2022, a Eletros recebeu os referidos arquivos das patrocinadoras fora do prazo e com muitos ajustes a serem providenciados, o que acarretou na medição abaixo da meta para o período.

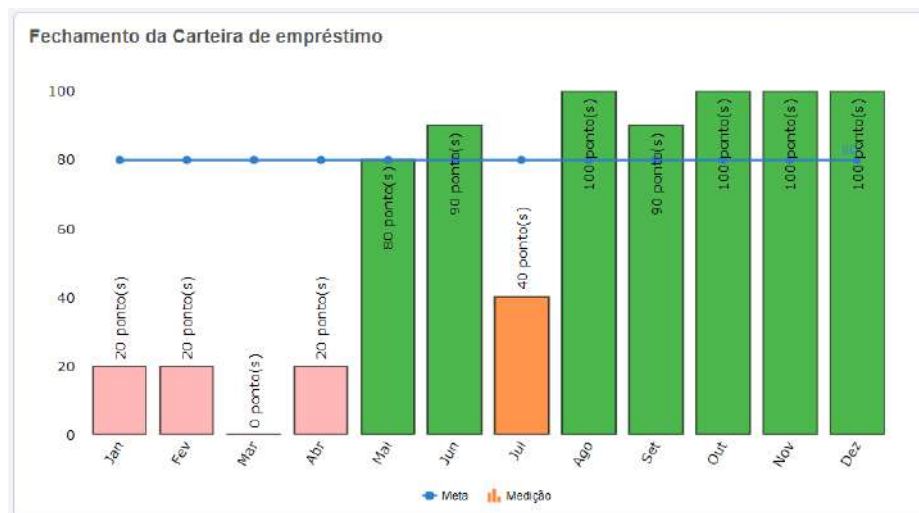




- **Fechamento da Carteira de Empréstimos:** visa monitorar o tempo para o fechamento mensal da Carteira de Empréstimos. Para este indicador, alguns pontos que evitavam que as atividades fossem encerradas nos prazos foram acompanhadas e tratadas ao longo do primeiro semestre, de modo a dar o retorno esperado e acima da meta previamente estabelecida.

Nas reuniões do quarto trimestre de 2022 do CFE, após exames realizados, foi informado que as parametrizações e customizações realizadas no sistema de empréstimos da Sínquia, rotineiramente apresentavam inconsistências, inclusive no primeiro semestre de 2022. Neste sentido, observou que a Diretoria de Benefícios solicitou ao provedor de serviço desenvolver um novo módulo de empréstimos e criou o referido indicador visando o aprimoramento e identificação dos problemas.

O



Relatório Gerencial/PRG - 001/22, de 21 de março de 2023, reportou que a metodologia de apuração dos riscos sofreu ajustes, passando a ser apurado o risco existente em cada atividade descrita no fluxo do processo operacional realizado pelas áreas.

De acordo com o referido Relatório da PRG, o ajuste tem como objetivo identificar com mais assertividade e clareza onde está contemplado o risco de cada processo e assim trabalhar



em conjunto com o “dono” do processo, alternativas de controles internos em busca de soluções para minimizar os riscos identificados.

Após definição da metodologia a ser aplicada, de acordo com o Relatório gerencial, coube à PRG providenciar a preparação do Sistema SoftExpert para a realização do novo ciclo de análise e documentação dos riscos e controles internos. Neste sentido, a PRG elaborou material e conduziu reuniões com os facilitadores dos processos da DB – Diretoria de Benefícios Previdenciários orientando a análise dos seus respectivos riscos.

A materialização da Matriz de Riscos e controles internos ainda depende de adequações sistêmicas, contudo, o Relatório da PRG afirma que se encontra em fase conclusiva.

No que tange ainda ao SGQ - Sistema de Gestão da Qualidade, o Conselho Fiscal verificou as ações elencadas abaixo para manter o referido sistema em linha com o Planejamento Estratégico da Eletros:

- ❖ Treinamentos voltados para as equipes sobre SGQ - visando fortalecer a relação de pertencimento;
- ❖ Atualização da Matriz de Responsabilidade – trazendo protagonismo aos facilitadores e fortalecer uma atuação mais tática à equipe do SGQ;
- ❖ Revisão do formato de elaboração das RAPs (Reunião de Acompanhamento de Processo) e das RACs (Reunião de Análise Crítica) – os documentos passaram a contar com conteúdo mais detalhado e a sua periodicidade também reduziu para uma frequência mensal;
- ❖ Revisão dos POPs – Procedimentos Operacionais Padrão da DBR, DBA e SGQ (PRG) - buscando garantir a aderência do que é tácito e dentro do arcabouço legal;
- ❖ Revisão dos Processos (Fluxogramas) da DBR, DBA e SGQ (PRG) – estabelecendo um fluxo de processos mais otimizados;
- ❖ Revisão dos Indicadores de Qualidade - documentos de referência: Política de Qualidade, Escopo de Qualidade e Objetivos da Qualidade. Os indicadores passam a ser medidos diretamente na ferramenta do SoftExpert e é gerado pelos respectivos facilitadores, visando maior agilidade e atuação tempestiva em casos de necessidade;
- ❖ Contratação dos serviços da PDCA – para a realização da Auditoria Interna;
- ❖ Contratação dos serviços da ABNT – para a realização da Auditoria de Certificação ISO 9.001:2015.

A partir da avaliação do exposto o CFE manifestou, no Relatório de Controles Internos relativo ao período de 01 de janeiro de 2022 a 30 de junho de 2022, que entende que há possibilidades de melhorias, e recomendou:

1. Documentar as análises dos Indicadores em um nível de detalhe que permita formalmente: (i) transmitir o conhecimento para todas as partes interessadas, atuais e futuras, documentando os fatos ocorridos e raciocínios utilizados de forma a manter o histórico, permitindo ainda alavancar o desenvolvimento contínuo de novas ideias, bem como economia, em especial, no caso de rotatividade dos profissionais; (ii) rastrear todas as interações nos processos e sistemas/ferramentas; (iii) suportar as tomadas de decisão; e (iv) permitir aos órgãos fiscalizadores, atuar na avaliação



da eficácia dos indicadores e quando estes estiverem atrelados/correlacionados aos riscos corporativos da Fundação, atuar na avaliação da gestão integrada dos riscos.

2. Registrar as não-conformidades no caso de inconsistências nos sistemas, de forma que os riscos e controles possam ser tempestivamente formalizados, avaliados, endereçados e monitorados.

Considerando a necessidade da administração de demonstrar a maneira pela qual avalia a eficácia dos controles internos, recomendamos que:

1. A administração utilize uma abordagem sistêmica e especifique formalmente a prioridade dos riscos associados ao não cumprimento dos objetivos e metas institucionais, como base para determinar os processos e os controles internos que serão mapeados e avaliados, bem como para definir indicadores para monitorização da eficácia dos controles internos.
2. Para os controles internos que se mostrem insuficientes, inadequados, impróprios ou inexistentes devem ser estabelecidas ações para implantação de controles visando minimizar os riscos relevantes para a Fundação.
3. Estabelecer acompanhamento periódico das ações que visam correção das deficiências encontradas.

B2. Auditorias

(i) Auditoria Independente

Um ponto de controle relevante é o fato de a Fundação contar com os serviços de auditoria independente executados pela BDO RCS Auditores Independentes SS, para revisar e emitir opinião sobre as Demonstrações Contábeis da Entidade. Como decorrência, a Auditoria Independente BDO RCS emitiu seu Relatório sobre as Demonstrações Contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2022, datado de 14 de março de 2023, onde cabe destacar que a opinião foi sem ênfases ou ressalvas.

Adicionalmente, a Auditoria Independente obteve um entendimento dos controles internos considerados relevantes para o processo de auditoria, com a finalidade de identificar e avaliar riscos de distorção relevante nas referidas demonstrações contábeis e determinar a época, natureza e extensão dos exames de auditoria. A Auditoria Independente ressalta que foram avaliados os controles internos relevantes na extensão necessária para planejar os procedimentos de auditoria que julgam apropriados nas circunstâncias para emitir uma conclusão sobre os registros contábeis e não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos. Assim, não foi expressa uma opinião ou conclusão sobre os controles internos da ELETROS.

Em 17 de abril de 2023, foi emitido o Relatório 2088/23 com as recomendações sobre os sistemas de controles internos, elaborados em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme a seguir:



SITUAÇÃO IDENTIFICADA	RISCOS ENVOLVIDOS	RECOMENDAÇÃO BDO
Ausência de termo de responsabilidade para os usuários administradores	Usuários com privilégios de acesso além do necessário para desempenhar suas atribuições, significando em segregação de função inadequada	Que os usuários não possuam tais privilégios, evitando desta forma, a execução e ou instalação de softwares, aplicativos e executáveis indevidos e ou desconhecidos. Caso seja necessário o uso, necessário realizar periodicamente a revisão dos acessos e logs, contudo é importante formalizar o uso das contas contendo o termo de responsabilidade
Existência de usuários não nominais na rede corporativa AD (15) e no sistema TRUST (02) usuários genéricos	pode comprometer a CIDAD (Confidencialidade, Integridade, Disponibilidade, Autenticidade e Legalidade), uma vez que tais contas não são trocadas periodicamente, pois quando não são utilizadas por serviços dos próprios servidores, estas são compartilhadas entre diversos usuários, além disso, em uma eventual troca de responsabilidade na gestão da rede e ou sistema, tais contas perderiam a validade. Ressaltamos ainda, que se a conta de acesso for utilizada indevidamente, a identificação do responsável pelo erro pode não ocorrer devido seu uso e ser compartilhado.	que a utilização de usuários genéricos seja revisada, e se o uso for necessário, a ID deve possuir um único responsável, bem como, assinar um documento descrevendo o perfil de acesso, as responsabilidades da conta e o responsável pelo uso.
Após validarmos os parâmetros de senhas definidos na rede corporativa (AD) e nos sistemas TRUST, identificamos fragilidade nas definições de complexidade de senha e na política de bloqueio. Identificamos também que determinados parâmetros não foram configurados.	A ausência de políticas de senhas formalizadas ou ainda mecanismos de autenticação inadequados nos sistemas e/ou rede podem significar em ineficiência na restrição de acesso a usuários devidamente autorizados e apropriados, bem como em vulnerabilidade do ambiente tecnológico e impactos à confiabilidade dos sistemas de informação e dados críticos do negócio	que a política de senha seja revisada, destacamos abaixo os parâmetros que apresentam fragilidade e que devem ser revistos
SITUAÇÃO IDENTIFICADA	RISCOS ENVOLVIDOS	RECOMENDAÇÃO BDO
Revisão periódica de acesso – é feita a revisão dos acessos somente por demanda	Entendemos que a situação atual pode vir a comprometer a segurança das informações da empresa, pois em um momento de situações críticas e/ou de altas demandas de suporte no departamento de TI, o referido e-mail pode não ser lido e atendido pelos gestores dos processos, ocasionando em usuários de rede e/ou sistemas indevidamente habilitados, podendo ser utilizados por outras pessoas malintencionadas.	Que a Eletros adote um procedimento entre os departamentos envolvidos em cada módulo do sistema, para efetuar revisões periódicas nos perfis de acessos, objetivando o controle fidedigno
Segregação de acesso: Para avaliação deste controle, verificamos se a Eletros, possui segregação de funções sistêmicas de modo a evitar conflitos de aplicações para os acessos realizados pelos usuários do sistema em escopo	A ausência de matriz de segregação de função pode permitir que usuários com privilégios de acesso além do necessário e/ou não autorizados realizem alterações indevidas sem o consentimento dos gestores responsáveis pelas atividades. Acessos indevidos podem trazer impactos à confiabilidade dos dados críticos do negócio e aos sistemas de informação	Estabelecer matriz de segregação de funções, em conjunto com os gestores das áreas de negócio, com as transações definidas como críticas e conflitantes, a ser utilizada nos processos de concessão e revisão de acessos, bem como no mapeamento de conflitos e controles mitigatórios, tais como monitoramento
Trilhas de auditoria: Situação Identificada Durante nossos trabalhos, identificamos que os logs adquiridos através da ativação das trilhas de auditoria estão ativados, porém não recebemos documentação	Consideramos que tal fato pode permitir que manipulações, tais como, inclusões, alterações, exclusões incorretas ou indevidas sejam realizadas nos sistemas ou diretamente nas tabelas de dados sem que ocorra identificação adequada de tais atividades e de seus executores.	Recomendamos que os logs gerados de usuários críticos sejam ativados e revisados periodicamente, vale ressaltar a importância de confrontar com a segregação de funções

Cabe destacar que as situações e riscos identificados pela Auditoria Independente BDO vêm sendo reportados por este Conselho Fiscal, em ATAS referentes ao exercício de 2021 e 2022.

Este CFE reuniu-se com a equipe de auditores da BDO, em 21 de março de 2023, sendo parte integrante da pauta e respectiva Ata da 457ª Reunião do CFE.

(ii) Auditoria Interna da ELETROS

De acordo com o Relatório AUD - 01/2022, de 06 de fevereiro de 2023, que consolida os trabalhos realizados no exercício de 2022, a Gerência de Auditoria Interna – AUD reporta os



trabalhos de auditoria interna formalizados no PAAI/2022, sendo os resultados registrados no Relatório Anual de Auditoria Interna – RAAI/2022.

Dos 11 (onze) escopos avaliados, 6 (seis) geraram recomendações para a mitigação de fragilidades identificadas e 2 (dois), oportunidade de melhorias nos controles internos. Para ambas as situações, planos de ação foram propostos pela Administração para remediação das fragilidades.

Destaca-se que 2 (dois) escopos foram transferidos para o PAAI/2023 em função de eventos subsequentes observados durante os trabalhos de auditoria.

QUADRO RESUMO DA AUDITORIA INTERNA PROGRAMADA

ESCOPO	OBJETIVO	MACROPROCESSO	UNIDADE	AValiação	CRITICIDADE
01	Avaliar os controles internos empregados na gestão da carteira imobiliária da Eletros	Administrativo	PRA	Com Recomendação	Baixa
02	Verificar a eficácia dos controles internos adotados na gestão das apólices de seguros contratadas	Administrativo	PRA	Com Recomendação	Alta
03	Avaliar a gestão do compliance nas ações de integridade e na prevenção de inconformidades legais/normativas	Jurídico	PRJ	Adequado, com oportunidade de melhorias	Baixa
04	Analisar o processo e os controles internos relacionados à concessão, manutenção e liquidação dos empréstimos aos participantes	Investimentos	DBR	Com Achado de Auditoria, sem recomendação	Alta
05	Verificar os controles internos aplicados na gestão financeira (tesouraria) dos planos de benefícios e do PGA	Investimentos	DFT	Com Recomendação	Média
06	Analisar os regulamentos e contratos dos fundos de investimentos exclusivos	Investimentos	PRG	Adequado, com oportunidade de melhorias	Baixa
07	Verificar a estrutura de governança da gestão de TI	Tecnologia	PRT	*	*
08	Avaliar o funcionamento e a eficácia dos comitês de assessoramento à Administração	Governança	Comitês/DEE	Com Recomendação	Baixa
09	Avaliar a eficácia dos controles internos para o monitoramento da marca Eletros nas mídias (redes sociais, imprensa, etc)	Comunicação	PRC	Com Recomendação	Baixa
10	Auditar os controles internos empregados na geração da cota dos planos de benefícios previdenciários	investimentos	PRG	*	*
11	Avaliar a conformidade dos controles internos empregados na gestão da folha de pagamento dos empregados da Eletros (benefícios, encargos, etc)	Administrativo	PRA	Sem recomendação	Baixa
12	Monitorar a evolução do projeto de implantação do Sistema de Gestão da Qualidade nos processos da Presidência e da Diretoria Financeira	Governança	PR/DF	Sem recomendação	Baixa
13	Acompanhar o status da revisão dos contratos de prestação de serviços para a adequação à Política de Aquisição de Bens e Serviços e à LGPD	Administrativo	PRA	Com Recomendação	Média

* Escopos transferidos para o PAAI/2023 em função de eventos subsequentes. (Ata CDE 493/22)

O monitoramento dos planos de ação oriundos das recomendações contidas no RAAI/21 foi reportado periodicamente ao CFE. No fechamento do exercício os planos de ação apresentavam o seguinte *status*:

QUADRO RESUMO DOS PLANOS DE AÇÃO - RAAI/2021

EM: 31.12.2022

ESCOPO	OBJETIVO	PROCESSO/RESPONSÁVEL	RECOMENDAÇÃO	CRITICIDADE	PRAZO	STATUS
01	Verificar a consistência da base cadastral dos Planos BD e CD Eletrobras	Atuarial DBR	- Implementar os controles internos complementares que reflitam fidedignamente a situação dos participantes, aposentados e pensionistas na data de referência da base cadastral, ou seja, no momento da geração do arquivo.	Média	Jun*/22	Concluído
06	Avaliar os controles internos existentes e a regularidade dos registros obrigatórios	Investimentos PRG	- Constituição de comitê específico para tratar da gestão dos riscos dos investimentos, sob coordenação do ARGR, vedada a participação do AETQ, nos termos da legislação aplicável.	Baixa	Jul*/22	Em Andamento
07	Verificar a execução dos procedimentos e a eficácia dos controles internos para a mitigação dos riscos de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo	Riscos PRG	- Elaboração do fluxo do processo/procedimento operacional	Alta	Mai*/22	Concluído
08	Avaliar os controles internos existentes para a proteção dos dados pessoais geridos pela Entidade	Tecnologia DPO	- Pseudoanonimização da base cadastral legada.	Alta	Mai*/22	Em Andamento

* 31.05.22 / * 30.06.22 / * 31.07.22

Em relação ao critério de classificação dos riscos utilizado pela Auditoria Interna, o CFE observou que são realizados testes substantivos e considerado o resultado destes para a classificação do risco, independente da probabilidade de ocorrência e impacto no alcance dos objetivos da Eletros.

Neste escopo, não foi apresentado ao CFE os procedimentos e ferramentas utilizados nos testes, de forma a demonstrar os padrões e métodos utilizados pela auditoria interna e que permita ao CFE avaliar a eficácia dos mesmos.

Destaca-se ainda, o fato de a ELETROS não possuir indicadores suficientes para mensurar a eficácia dos controles internos, o que dificulta a efetividade da avaliação da incidência de eventos indesejáveis.

Assim, este colegiado identifica possibilidades de melhorias e recomenda a revisão do critério de classificação de risco, uma vez que a Auditoria Interna - AI pauta suas avaliações nas amostras dos testes realizados e não considera controles existentes e/ou gaps.

No primeiro trimestre de 2022 foi apresentado ao CFE o Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2022 – PAAI/2022, constando o planejamento dos trabalhos de auditoria distribuídos em 7 (sete) atividades distintas.

Neste sentido, o CFE observou que não fazia parte do escopo da Auditoria Interna – PAAI/2022, a avaliação de controles internos relacionados aos riscos de concessões e pagamentos de benefícios indevidos pela Entidade.

Dada a sua complexidade e vínculo com regras do INSS em determinados Planos, este Colegiado identifica possibilidades de melhorias de controles e recomenda constar do Plano de Trabalho da Auditoria Interna, a avaliação de controles internos relacionados à concessão, manutenção e pagamentos dos benefícios, em especial do Plano BD Eletrobrás, bem como a avaliação da eficácia dos controles internos, por meio de testes de aderência formais dos controles internos.

(iii) Auditoria das Patrocinadoras

De acordo com o Relatório da Auditoria Interna que fornece subsídios a este Relatório do CFE, no exercício de 2022, a Patrocinadora Eletrobras realizou trabalho de auditoria interna nos planos de benefícios por ela patrocinados. O trabalho de campo foi realizado durante o 4º trimestre de 2022 e a conclusão registrada na Ata de Auditoria datada em 02.01.2023.



Entretanto, o Conselho Fiscal da Eletros não recebeu o Relatório da Auditoria da Patrocinadora até o final da data base de elaboração deste Relatório.

(iii) Fiscalização PREVIC

Por meio do Ofício nº 78/2020/ERRJ/DIFIS/PREVIC, de 29.12.2020, a Eletros foi informada que a Fundação estaria sob supervisão permanente da Autarquia ao longo de 2021 e 2022.

Em 21.12.2021 o Órgão ratificou, mediante Ofício nº 66/2021/ERRJ/DIFIS/PREVIC, a continuidade dos trabalhos ao longo de 2022.

Durante o período de supervisão permanente a fiscalização verificou temas relacionados à os Riscos e Controles de Crédito, Mercado, Liquidez, Atuarial e Governança.

Em 13.12.22, por meio da Nota nº 1895/2022/PREVIC, PROCESSO nº 44011.006859/2022-92, a Equipe de Fiscalização formalizou o Relatório da Supervisão Permanente referente ao ciclo 2021-2022 - Referência nº: 44011.006859/2022-92 - avaliação feita pela Autarquia durante o ciclo de supervisão.

O resultado do trabalho foi apresentado aos órgãos estatutários – CDE/CFE/DEE – mediante reuniões realizadas entre a Previc e os respectivos Colegiados no dia 12.12.2022.

C. Compliance

O *Compliance*, de forma sistêmica, deve permear todos os níveis da organização e ser composto por um conjunto de elementos que atendam a três finalidades básicas: prevenir, detectar e responder.

As boas práticas definem que o *compliance* é um processo contínuo e resultado de uma organização que cumpre suas obrigações éticas e legais.

Cabe à Gestão de *Compliance* estimular não somente o cumprimento de leis e regras, a prevenção e detecção de condutas ilícitas, mas também encorajar, no âmbito institucional, a vontade de cumprir a lei e de agir eticamente, o que só é possível de forma holística, pois abrange aspectos de governança, conduta e transparência, e de forma integrada, a outros processos como: gestão de riscos, gestão de projetos, auditorias, etc.

O CFE observou as seguintes atividades desenvolvidas pelo Compliance institucional da Eletros, coordenado pela área PRJ:

- ❖ Assessoramento à elaboração, revisão e divulgação de Políticas, Regimentos e Normativos internos;
- ❖ Identificação e reporte às áreas da legislação pertinente ao setor de previdência complementar no Brasil;
- ❖ Gestão do calendário de obrigações legais;
- ❖ Incentivo à oferta de treinamentos periódicos visando à disseminação da cultura de *Compliance*;
- ❖ Apoio aos gestores na padronização de processos de suas áreas por meio de normas e procedimentos;



- ❖ Análise da conformidade documental de parceiros de negócio, fornecedores e prestadores de serviços;
- ❖ Atendimento às Demandas de Auditoria das Patrocinadoras e Auditoria Interna e atendimento às solicitações do CFE.

(i) Gestão, elaboração e revisão de Políticas, Regimentos e Normas:

Referente ao assessoramento à elaboração e/ou revisão de Políticas, Regimentos e Normativos internos, o CFE observou que para cada normativo revisado ou criado, a PRJ emitiu uma Opinião Legal e de Conformidade e, segundo memorando emitido pela área, foi analisado a pertinência do documento e os aspectos legais e de conformidade.

No exercício de 2022, 24 normativas internas foram aprovadas:

TIPO	DESCRIÇÃO	APROVAÇÃO / REVOGAÇÃO	DATA DE APROVAÇÃO / REVOGAÇÃO	EDIÇÃO	REUNIÃO
Código	Conduta Ética	CDE	06/05/2022	4ª	470ª
Manual	Organização Interna	CDE	06/05/2022	2ª	470ª
Norma	De Uso e Gestão de Mídias Sociais e Apps de Comunicação	DEE	01/02/2022	1ª	1176ª
Norma	Norma de Treinamento e desenvolvimento Pessoal	DEE	03/05/2022	1ª	1190ª
Norma	Avaliação de Gestores de Fundos e Carteiras	DEE	10/05/2022	3ª	1191ª
Norma	Perfis de Investimento	DEE	10/05/2022	5ª	1191ª
Norma	Seleção de Corretoras	DEE	10/05/2022	4ª	1191ª
Norma	Recrutamento, Seleção, Admissão e Desligamento de Pessoal	DEE	12/07/2022	3ª	1204ª
Política	Comunicação e relacionamento	CDE	06/05/2022	3ª	470ª
Política	Aquisição de Bens e Serviços	CDE	21/02/2022	4ª	463ª
Política	Contábil	CDE	27/05/2022	1ª	476ª
Programa	De Concessão de Benefícios de Gestão de Pessoal	DEE	12/07/2022	1ª	1204ª
Regimento	Interno do CDE	CDE	11/05/2022	3ª	472ª
Regimento	Interno do CFE	CFE	28/03/2022	4ª	438ª
Regimento	Comitê de Conduta Ética da Eletros – CCE	CDE	06/05/2022	5ª	470ª
Regimento	Comitê Executivo de Investimento – CEI	CDE	21/02/2022	7ª	463ª
Regimento	Comitê Gestor de Carteiras – CGC	CDE	21/02/2022	6ª	463ª
Regimento	Interno da DEE	CDE	02/02/2022	3ª	460ª
Regimento	Comitê de Gestão Previdenciária - CGP	CDE	06/05/2022	5ª	470ª
Regimento	Comitê de Segurança da Informação e Privacidade - CSIP	CDE	27/05/2022	2ª	476ª
Regulamento	Plano de Gestão Administrativa - PGA	CDE	02/02/2022	6ª	460ª
Norma	De Alçada Administrativa e Financeira	DEE	14/10/2022	1ª	1121ª
Política	Alçadas	CDE	28/10/2022	6ª	497ª
Política	De Investimento dos Planos PGA, CD e CD I, BD, CV-ONS e CV-EPE / Exercício 2023	CDE	19/12/2022	-	501ª

A criação de novos normativos internos, bem como a revisão dos existentes, ocorre de forma contínua com o envolvimento das áreas de negócio e/ou áreas técnicas, em face da constante atualização do arcabouço legislativo aplicável às EFPCs e seus impactos nas atividades e processos.

Em relação à primeira edição da Norma De Alçada Administrativa e Financeira, aprovada pela Diretoria Executiva da Eletros, em 14 de outubro de 2022 - 1121ª Reunião da DEE, o Conselho Fiscal da Eletros - CFE, na 453ª Reunião do CFE, de 30 de novembro de 2022, aprovou, por unanimidade, a seguinte recomendação ao Conselho Deliberativo:

“Que os limites de competência sejam estabelecidos apenas na Política Institucional, sendo revisada, quando necessário, para incorporar as inovações entendidas como necessárias.” Recomendou ainda que: “As transações, que por entendimento do Conselho Deliberativo, seja considerada recorrente e por essa razão passível de regra específica aderente à dinâmica da Diretoria Executiva em prol da economicidade



processual, o CDE aprova autonomia específica da DEE, devendo as exceções serem previamente aprovadas pelo Conselho Deliberativo”.

(ii) Gestão e monitoramento da conformidade documental dos processos de aquisição de bens e serviços (Contratações):

Outra atividade desempenhada pela PRJ, especificamente na gestão do *Compliance*, consiste na avaliação da conformidade documental dos processos de aquisição de bens e serviços, observando a validade e a exatidão dos requisitos estabelecidos na Política e na Norma de Aquisição de Bens e Serviços, a aderência às melhores práticas, além da avaliação do instrumento contratual à luz das diretrizes internas e da legislação.

Ao longo do primeiro semestre de 2022, foram analisadas as documentações de 25 processos de aquisição de bens e serviços, sendo que destas, 19 resultaram em novos contratos, abaixo relacionados:

Empresa	Reunião DEE	Diretoria	Área Responsável	Tipo	Objeto	Código
ZENDESK BRASIL SOFTWARE CORPORATIVO LTDA	1172	PR	PRT	Sistema	Renovação anual da ferramenta de chat para atendimento aos participantes e assistidos (Software Zendesk)	CS-739-D/22
BMP DO BRASIL CARTÕES MAGNÉTICOS LTDA.	1172	PR	PRA	Gestão de Pessoal	Reajuste do valor do serviço de impressão dos infomes de rendimentos	CS-824-A/22
VENTURE CONSULTORIA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1175	DB	DBR	Consultoria	Apoio a Revisão, Manutenção, Sustentação e Operação das atividades do SGQ da ELETROS	CS-841/22
JUNQUEIRA DE CARVALHO E MURGEL ADVOGADOS ASSOCIADOS - JCM	1175	PR	PRJ	Consultoria Jurídica	Assessoria jurídica no processo de migração para o Plano CD I	CS-804-A/22
SOCIAL CONTACT CENTER ATENDIMENTO INTERATIVO LTDA - ME (AGENCIA FROG)	1175	PR	PRC	Comunicação / Migração	Consultoria especializada em comunicação, marketing e gestão de crise, para migração previdenciária CD I	CS-794-D/22
TBA ATUÁRIOS E PERITOS ASSOCIADOS	1178	DB	DBA	Consultoria Atuarial	Assistência técnica atuarial no processo de migração do Plano CD para o Plano CD I	CS-843/22
RIO & MONDIAL COMERCIO E SERVICOS	1179	PR	PRA	Gestão de Pessoal	Impressão de crachás para acesso às dependências da empresa e marcação de ponto de funcionários	CS-842/22
D4S SERVIÇOS EM TECNOLOGIA	1184	PR	PRT	Assinatura Eletrônica	Renovação da assinatura eletrônica pela plataforma www.d4sign.com.br	CS-816-A/22
PARAMITA TECNOLOGIA CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA	1187	DF	DFI	Sistema	Licença De Uso Do Software Quantum Axis Online	CD-051-G/22
LIBERTY SEGUROS	1189	PR	PRA	Seguro	Renovação do seguro D&O	CG-035/22
VENTURE CONSULTORIA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1191	PR	PRG	Consultoria	Apoio, Suporte e Manutenção do SGQ utilizando como base a ferramenta da Softexpert	CS-847/22
55 TELECOM COMUNICACAO LTDA	1193	PR	PRT	Migração / Telefonia	Telefonia PABX Virtual Da Plataforma 55PBX e exclusão das licenças usadas para o atendimento do Projeto de Migração para o Plano CD I	CS-787-B/22
BIOVET SERVIÇOS	1199	PR	PRA	Sanitização	Sanitização dos andares da Eletros (Metropolitan Center - Uruguiana, 174/6º e 7º)	CS-851/22
ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS	1200	PR	PRG	Auditoria de Qualidade	Serviços de auditoria para atestar a conformidade do Sistema de Gestão de Qualidade - Recertificação do SGQ	CS-849/22
PDCA SERVIÇOS DE APOIO EMPRESARIAL	1200	PR	PRG	Auditoria de Qualidade	Auditoria interna do sistema de gestão da qualidade - SGQ	CS-850/22
WILLIS TOWERS WATSON CONSULTORIA ATUARIAL	1205	DB	DBA	Consultoria Atuarial	Serviço de consultoria atuarial para o Plano BD Eletrobrás, exercícios 2022 a 2024	CS-853/22

Em relação ao segundo semestre, foram analisadas as documentações de 37 processos de aquisição de bens e serviços, sendo que destas, 17 resultaram em novos contratos, a saber:

DATA DA SUBMISSÃO DO FORMULÁRIO À PRJ	EMPRESA	REUNIÃO DE APROVAÇÃO DO CONTRATO	DIRETORIA	ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETO DA CONTRATAÇÃO/ AQUISIÇÃO	DATA DO CONTRATO
05/07/2022	WILLIS TOWERS WATSON		DB	DBA	Consultoria atuarial para o plano BD	01/07/2022
05/07/2022	TORRES, CORREA E OLIVEIRA ADVOCACIA		CDE	SEG	Assessoramento jurídico	10/06/2022
22/07/2022	SINQIA S.A		PR	PRT	Aditivo contratual / Licença de Software	12/09/2022
02/08/2022	AGÊNCIA ESTADO S.A		DF	DFI	Aditivo contratual /Atualização documental	12/07/2022
29/07/2022	MARCELLO BENEVIDES SOCIEDADE DE		PR	PRA	Legalização do imóvel do 9º andar do ed. Herm Stoltz	25/10/2022
03/08/2022	POST EXPRESS TREZE DE MAIO SERVICOS		PR	PRA	Contratação de serviços postais em agência franqueada dos	28/09/2022
15/08/2022	CARREIRA MULLER CONSULTORIA		PR	PRA	Atualização do Planos de Cargos e Salários da Eletros	01/09/2022
29/08/2022	IPNET SERVIÇOS EM NUVEM E		PR	PRT	Renovação do Gmail Corporativo	21/09/2022
29/08/2022	15º OFÍCIO DE NOTAS DA COMARCA DA PRAXIS AVALIAÇÃO PATRIMONIAL LTDA.		PR	PRA	Contratação de serviços cartoriais	06/10/2022
15/09/2022	WFORMOSO IMOBILIÁRIA E		PR	PRA	Avaliação anual da carteira imobiliária da Eletros	31/10/2022
15/09/2022	AGIR CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO		DF	DFI	Serviços de corretagem imobiliária	07/12/2022
28/09/2022	BAGGIO E CARVALHO ENGENHARIA LTDA		CDE	SEG	Serviço de Assessment e Background Check	20/09/2022
27/09/2022	MATEUS NASCIMENTO TEIXEIRA		DF	PRA	Serviço de obras nos imóveis do Ed. Vital Brasil	06/12/2022
13/10/2022	UPHILL CONSULTORIA LTDA.		PR	PRG	Consultoria especializada no Sistema SoftExpert	28/10/2022
01/11/2022	ZENDESK		PR	PRA	Avaliação de desempenho dos dirigentes	07/12/2022
27/12/2022	WR ARQUITETURA		PR	PRT	Renovação das licenças de telefonia VOIP	07/01/2023
27/12/2022			DEE	PRA	Aditivo contratual / gerenciamento de obra da nova	17/01/2023

(iii) Gestão e acompanhamento do Calendário de Obrigações Legais:

A Eletros utiliza o Calendário de Obrigações da ABRAPP, como ferramenta auxiliar, para controlar e monitorar os prazos de cumprimento das obrigações legais aplicáveis às EFPC.

Gestores e operadores têm sido notificados e alertados regularmente sobre as atualizações do suporte ao CompliAsset, sobretudo quanto às funcionalidades ainda inoperantes, acesso, inclusão de novos operadores, obrigações recém cadastradas, vencidas e relatórios gerados.

A despeito da transição de sistemas, que demandou a reconfiguração manual dos operadores/ gestores do calendário e das respectivas obrigações associadas, durante o ano de 2022 não foram verificados ou reportados ao CFE incidentes relacionados ao descumprimento de obrigações.

(iv) Verificação da conformidade documental referente aos benefícios concedidos no mês:

De acordo com o Relatório de Compliance nº 002/2022, são verificados e atestados pela PRJ, a conformidade e aderência da documentação necessária para a concessão de benefícios requeridos no mês por participantes, assistidos e seus beneficiários. Os processos e a respectiva documentação são compartilhados pela Gerência de Relacionamento e Benefícios - DBR, após a revisão e validação dos cálculos atuariais pela Gerência Atuarial - DBA.

O referido Relatório nº 002/2022 da PRJ informa que, durante o exercício de 2022 foi verificada e atestada a conformidade documental de 90 (noventa) benefícios concedidos.

(v) Monitoramento, análise e reporte da legislação recém-publicada aplicável às EFPCs:

O CFE verificou o monitoramento e identificação de eventuais novidades e alterações na legislação aplicável às EFPCs realizado por meio dos portais eletrônicos oficiais dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, como: Ministério Público do Trabalho - MTP, Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, Receita Federal do Brasil - RFB, Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Banco Central - BACEN, Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, além do próprio Diário Oficial da União - DOU.

A partir do 2º semestre de 2022, a área iniciou a implantação de um novo formato para a comunicação interna da legislação aplicável às EFPCs através de um *workflow* parametrizado no sistema Soft Expert Suite em parceria com a PRG. A prática automatiza parte do processo e permite a integração da implantação das diretrizes legais aos processos da Entidade, bem como permite a criação de planos de ação para avaliação dos impactos nos respectivos processos de negócio.

Neste escopo, cabe os seguintes destaques: (i) a Gestão de Compliance carece de ações para minimizar os riscos do não compliance e, neste sentido, desenvolver ações para coordenar o processo de Resposta à identificação de novas e modificadas obrigações legais, bem como estabelecer indicadores de acompanhamento; e (ii) a ferramenta de workflow não foi parametrizada para formalizar e controlar a resposta do responsável / gestor da área de negócio no que diz respeito ao tratamento dispensado à informação das alterações normativas.

A partir da avaliação do exposto há possibilidades de melhorias e pelo que destacamos as seguintes recomendações:

1. Estruturar o processo de gerenciamento de *Compliance*, considerando o risco de não-compliance, integrado prioritariamente ao processo de gerenciamento de riscos e gerenciamento de projetos recomendado no trabalho do PDTI realizado pela Ernst Young.
2. Estabelecer ações de Resposta que incluem: (i) a identificação do nível de aderência (compliance assessment) das novas e modificadas obrigações legais; (ii) a avaliação dos impactos das mudanças no ambiente da empresa (capacitação de recursos humanos, processos e sistemas); e (iii) a definição de planos de ação.
3. Estabelecer ações para acompanhar as implementações das mudanças necessárias, apontadas pelos responsáveis nos planos de ação, visando garantir adequado cumprimento dos prazos legais.
4. Estabelecer ações para definir e implantar indicadores que permitam monitorar o nível de compliance aos requisitos das obrigações legais e próprias e os riscos de Não *Compliance*, bem como avaliar a eficácia da gestão das obrigações legais.



(vi) 1ª Semana de Integridade da Eletros:

A 1ª Semana da Integridade da Eletros ocorreu nos dias 14, 16, 17 e 18/11/2022. Ocorreu no formato online e interativo para os empregados, estagiários, conselheiros e diretoria executiva que abordou temas como integridade, transparência, Compliance, ética e riscos.

A Semana foi desenvolvida entre a Diretoria Executiva da Eletros e as seguintes áreas: PRJ, PRG, DBA, AUD, PRT e PRC, além de palestrante externo à entidade. Como resultado da Semana de Integridade, além de reconhecido positivamente por parte dos participantes, a Eletros endossou o seu compromisso com o programa de integridade e com a segurança de seus participantes e patrocinadores.

(vii) Relatório de Efetividade da IN 34 - PLD-FT (Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo):

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC editou a Instrução Normativa nº 34, de 28 de outubro de 2020, com sua vigência estabelecida a partir de 1º de março de 2021, com periodicidade anual e emissão até o dia 30 de junho do ano subsequente.

Neste sentido, para este item não houve alterações no status apresentado no último Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal da Eletros referente ao 1º semestre de 2022.

(viii) Canal de Denúncias da Entidade:

A Entidade conta com um Canal de Denúncias terceirizado, operado pela empresa Resguarda do Brasil Serviços de Consultoria em Gestão de Riscos Ltda., sendo denominado Canal de Denúncias da Eletros, tendo entrado em operação em fevereiro de 2020.

Foi dado conhecimento ao CFE, a partir das informações prestadas pela área de Auditoria Interna da Eletros, na 454ª reunião do Colegiado, em 21/12/2022, que não houve registro no Canal de Denúncias no ano de 2022, observada a governança estabelecida.

Em relação a este escopo, destaca-se que o Conselho Fiscal da Eletros não é informado sobre as denúncias realizadas contra membros estatutários, bem como tais denúncias são enviadas apenas ao Presidente do Conselho Deliberativo.

Neste sentido, na 453ª Reunião do CFE, foi aprovado, por unanimidade, a seguinte recomendação ao Conselho Deliberativo da Eletros: "Que as denúncias recebidas pela Ouvidoria que envolvam Diretores e Conselheiros sejam remetidas a todos os Conselheiros do CDE, excluindo o destinatário da denúncia".

Relativo ao fato do CFE não ser informado quanto à existência de denúncias envolvendo membros estatutários, recomendamos que seja dada ciência ao Conselho Fiscal da Eletros de denúncias envolvendo os membros estatutários da Eletros.

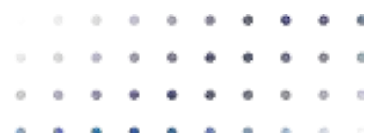


10. Governança e Planejamento Estratégico:

No segundo semestre de 2022, a Eletros reportou no Relatório Gerencial/PRG - 001/22, de 21 de março de 2023, o estado em que se encontram as seguintes ações estabelecidas no Planejamento Estratégico:

- **Projeto 1** - Sustentabilidade Financeira: Relativo a transferência da Sede da Fundação para Edifício Vital Brasil, que tem o foco na redução dos custos administrativos, foram concluídas as ações voltadas para adequação da infraestrutura, para adequação de mão-de-obra e serviços. O prazo final está previsto para ocorrer até julho de 2023.
- **Projeto 2** - Novos Clientes: Relativo à prospecção de novos negócios, a Eletros participou dos processos seletivos para administrar os planos de benefícios dos Entes da Federação. O ano de 2022 encerrou, com êxito em 2 (dois) processos, quais sejam, os municípios de Canoas/RS e Sorocaba/SP.
- **Projeto 3** - Fidelização e Ampliação dos Planos Atuais: Foi concluída a pesquisa de satisfação. O Relatório Gerencial informou que vêm sendo realizados trabalhos na aplicação das melhorias decorrentes dos resultados mapeados na pesquisa, bem como estão sendo executadas ações para a melhoria das ferramentas de interfaces de uso dos clientes.
- **Projeto 4** – Upsell de Previdência: Projeto não foi iniciado.
- **Projeto 5** – Potencializar o Plano de Comunicação: O plano de comunicação para o ano de 2023 levou em consideração os resultados da pesquisa de satisfação com os clientes realizada em 2022. Sendo assim, o Relatório da PRG reportou que as ações planejadas estão em andamento e, como métrica, aponta o bom resultado apurado nas redes sociais que evidenciam o crescimento no número de seguidores e engajamento dos participantes e empregados com os assuntos publicados pela Fundação.
- **Projeto 6** – Gestão da Qualidade: Destaca-se que a Eletros, em 08 de dezembro de 2022, obteve o Certificado de Conformidade para os Objetivos da Qualidade¹ citados no item B deste Relatório de Controles Internos. Relativamente à extensão do SGQ na Presidência e Diretoria Financeira, o Relatório Gerencial da PRG reportou que foram iniciadas as ações com atraso, entretanto é esperado, pela Diretoria, que não ocorram impactos no prazo de conclusão do projeto.
- **Projeto 7** – Direcionamento Estratégico em Tecnologia da Informação: Este Conselho Fiscal identificou, em 2022, a conclusão da etapa de diagnóstico de infraestrutura de sistemas de TI e elaboração do Relatório de PDTI pela Ernst Young. O Relatório Gerencial da PRG registra que a implementação do PDTI tem previsão de conclusão em julho/2023.
- **Projeto 8** – Capacitação, engajamento e integração profissional: O Relatório da PRG registra evolução da reformulação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários e da Ampliação do projeto Transformar como mecanismo de capacitação profissional e institucional. Apesar disso, o exercício foi encerrado com uma parte das ações não iniciadas, mas com conclusão prevista para o 1º semestre de 2023, conforme destacado a seguir:
 - Análise de viabilidade para um programa de remuneração variável e/ou participação nos resultados;
 - Capacitação no tema inovação e metodologias ágeis; e
 - Programa de avaliação de desempenho de dirigentes (Conselheiros e Diretores).

Além das ações previstas no Planejamento Estratégico, foram reportadas no Relatório Gerencial da PRG, o retorno do ICSS em outubro de 2022, relativamente à avaliação para concessão do Selo de Autorregulação em Governança Corporativa, propondo novos ajustes



em alguns documentos apresentados, razão pela qual, foi solicitado um novo prazo para atendimento aos apontamentos realizados pela Banca avaliadora, o que foi aprovado.

11. Recomendações do Conselho Fiscal

o Conselho Fiscal desempenha um papel institucional importante no sistema de freios e contrapesos visando adequado funcionamento das EFPC. Suas recomendações visam contribuir para a transparência, a governança corporativa e a proteção dos interesses dos stakeholders.

As recomendações do Conselho Fiscal ajudam a assegurar a conformidade das práticas da Entidade com as leis, regulamentos e normas aplicáveis. Isso inclui a verificação da adequação dos controles internos, a revisão das demonstrações financeiras, a avaliação de riscos e a detecção de possíveis irregularidades. As recomendações emanadas pelo Conselho Fiscal, em Atas e no Relatório de Controles Internos, podem contribuir para a prevenção de fraudes, corrupção e outros comportamentos inadequados, garantindo a integridade dos processos operacionais e financeiros da Entidade. Além disso, as recomendações do Conselho Fiscal podem auxiliar a Eletros na tomada de decisões estratégicas e táticas.

Outro aspecto importante das recomendações do Conselho Fiscal é o fortalecimento da percepção de confiança dos participantes e patrocinadoras em geral, ao demonstrar uma governança corporativa sólida e uma atuação diligente na fiscalização dos interesses da Entidade.

As recomendações do Conselho Fiscal buscam garantir a conformidade, a transparência e o acompanhamento sobre a gestão de riscos da Entidade.

Neste sentido, o Conselho Fiscal exarou diversas recomendações, constantes no corpo da presente manifestação, e associadas aos temas tratados no presente documento, objetivando contribuir, dentro de sua competência de atuação, com o constante processo de aprimoramento dos controles internos e gestão de riscos.

Outrossim, durante as reuniões do Conselho Fiscal, o colegiado exarou as seguintes recomendações adicionais aos itens aqui abordados:

FATOS OBSERVADOS	RECOMENDAÇÕES
Documentações solicitadas pelos Conselheiros fiscais e material basilar para as reuniões do CFE não disponibilizadas conforme prazo regimental.	Recomenda-se que a administração disponibilize as documentações solicitadas pelos Conselheiros Fiscais, bem como aquelas que fazem parte do material basilar para as reuniões do colegiado no prazo regimental e/ou acordado, a fim de que a prestação de informações e de contas sejam realizadas tempestivamente.
Não existência de processos estruturados para a tomada de decisão referente à gestão de Recursos Humanos que	Recomenda-se a definição de plano de ação para implantação e acompanhamento de indicadores para



<p>identifique talentos e pessoas chaves em processos críticos, bem como desenvolvimentos de programas de incentivos para reter pessoas chaves, bem como formação de sucessores.</p>	<p>gestão dos recursos humanos, tais como: medição de resultado/desempenho dos empregados; retenção de talentos; rotatividade; clima organizacional, bem como seja periodicamente reportado ao CFE, o status de sua implementação.</p>
<p>Inexistência de métricas e/ou critério de rateio no Convênio firmado entre a Eletros e a Caixa de Assistência à Saúde – Eletros Saúde, que estabeleça as responsabilidades de cada uma das empresas sobre as despesas compartilhadas.</p>	<p>Recomenda-se que o Convênio firmado entre a Eletros e a Caixa de Assistência à Saúde – Eletros saúde defina clara e formalmente as métricas de rateio e/ou critério de rateio que estabeleça as responsabilidades de cada uma das empresas sobre as despesas compartilhadas, permitindo adequada verificação dos valores atribuídos para pagamento de cada uma das empresas.</p>
<p>A administração da Eletros não apresentou Planos de ação para análise e atendimento das recomendações emanadas pelo Conselho Fiscal da Eletros.</p>	<p>Recomenda-se que a Diretoria Executiva sistematize, na estrutura da Entidade, as ações necessárias para atendimento, ou justificativa para o não atendimento, às recomendações do CFE e, no caso de terem sido atendidas, apresentar as evidências da implementação.</p>
<p>O Relatório de diagnóstico do ambiente de TI elaborado por empresa externa relatou gaps importantes referentes à segurança dos dados.</p>	<p>Recomenda-se Plano de Ação proposto pela área de TI destacando as principais ações, prazos, marcos e objetivos com vistas à adequação à LGPD e segurança dos dados da Eletros.</p>

12. Conclusão

Analisando o conjunto abrangente de informações apresentadas neste Relatório, juntamente com os materiais basilares examinados nas reuniões do Conselho Fiscal realizadas ao longo do período base, bem como os documentos de referência mencionados no item 13, o CFE conclui em sua Manifestação relativa ao exercício de 2022, aborda de maneira substancial os aspectos relevantes referentes a Riscos, Controles Internos e Conformidade. Portanto, tais informações devem ser consideradas como parte integrante do processo de tomada de decisão pelos usuários das informações da Entidade, salientando que sua relevância não se limita apenas a esses usuários. Cabe destacar que a gestão de riscos e controles internos constitui uma ação contínua, visando ao constante aprimoramento desses aspectos.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL



Em conformidade com as disposições estatutárias e legais, especialmente as estabelecidas na Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, a fim de fundamentar a emissão deste Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal referente ao ano de 2022, utilizou-se de informações e evidências para monitorar as atividades administrativas e comunica que, dentre outros, os seguintes aspectos mais relevantes foram o foco das reuniões mensais:

- O processo de migração do Plano BD Eletrobrás, o qual contou com o auxílio de assessoria técnica e jurídica especializada para apoiar as iniciativas internas da Eletros;
- O processo de migração dos planos CD, CV e BPDS para o Plano CD1 puro Eletrobrás, o qual também contou com assessoria técnica e jurídica especializada para suportar as ações internas da Eletros;
- O Planejamento Estratégico para o período de 2021 a 2024 - incluindo as principais ações e cronograma para alcançar os objetivos estabelecidos;
- A Política de Investimentos;
- A Execução orçamentária;
- A certificação dos dirigentes, conselheiros e membros dos comitês de investimento;
- Os resultados dos Indicadores de Gestão do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

O colegiado do Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS acompanhou os relatórios de auditoria interna, auditoria independente e das auditorias internas das patrocinadoras, bem como das recomendações apresentadas, durante o período em análise, assim como as ações de auditoria permanente realizadas pela PREVIC.

Como resultado de todas essas atividades, o Conselho Fiscal da ELETROS, com base nas verificações e análises realizadas durante 2022, reportou em suas Atas todos os fatos ou evidências, de seu conhecimento, que possam ser utilizadas por seus diversos usuários.

Vale ressaltar que o processo de Gestão Baseada em Riscos e Controles Internos, bem como sua fiscalização, são processos contínuos que devem ser vistos como um ciclo virtuoso, pois visam atender aos requisitos de transparência da gestão e prestação de contas, possibilitando um maior monitoramento por todas as partes interessadas. O conjunto de informações apresentadas neste Relatório, juntamente com os Relatórios emitidos pelos Auditores Independentes da Entidade, bem como os Relatórios Gerenciais das áreas técnicas e da PRG, permite ao Conselho Fiscal concluir que as informações relativas a Risco, Controles Internos e Conformidade, abrangendo o período em questão, estão suficientemente abordadas em seus aspectos relevantes e devem ser consideradas como parte do processo de tomada de decisão pelos usuários das informações da Entidade, sem, contudo, limitar-se a estes. É fundamental ressaltar que a gestão de riscos e controles internos é uma ação contínua que visa a constante melhoria.

A presente manifestação deverá ser devidamente comunicada ao Conselho Deliberativo, a quem compete deliberar sobre as medidas que, eventualmente, sejam consideradas necessárias. Além disso, deverá permanecer arquivada na Entidade, ficando à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

13. Documentos de Referência



- Legislações e normativos citados.
- Memorando SEG 003/2023
- Memorando DF/DFC 002/2023
- Memorando DF/DFI 001/2023
- Memorando PR/PRG 003/2023
- Memorando PR/PRJ 002/2023
- Memorando DB/DBA 001/2023
- Memorando DB/DBA 002/2023
- Memorando DB/DBR 001/2023
- NT 007/2022 PR/PRG
- Relatório Gerencial de Riscos - 2022
- Relatório de Aderência às Políticas de Investimento
- Relatório Gerencial das atividades *de Compliance* - 2022

14. Glossário de Termos

BD ELETROBRÁS – Plano de benefício definido dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS.

CD ELETROBRÁS – Plano de contribuição definida dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, composto por Plano CD ELETROBRÁS PURO e Plano CD SALDADO (BPDS).

CD CERON – Plano de contribuição definida dos participantes e assistidos da patrocinadora Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON.

CV ONS – Plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro (renda fixa).

CV EPE – Plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Plano CD Puro Consolidado - refere-se ao Plano CD Puro e seus perfis de investimento;

Plano CV ONS Consolidado - refere-se ao Plano CV ONS e seus perfis de investimento;

Plano CV EPE Consolidado - refere-se ao Plano CV EPE e seus perfis de investimento;

ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar;

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais;

APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais;

CDE – Conselho Deliberativo da ELETROS;

CFE – Conselho Fiscal da ELETROS;

DEE – Diretoria Executiva da ELETROS;

DF – Diretoria Financeira;

GTI – Gestão de Tecnologia da Informação da ELETROS;

ICSS - Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social;

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social;

OFND - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento

PGA – Plano de Gestão Administrativa;

PLD-FT - Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar;

Rio de Janeiro, 19 de Junho de 2023



Elizabeth Teixeira Milante Ribeiro

7905

Elizabeth T. M. Ribeiro

Presidente do Conselho Fiscal da Eletros - CFE



Joao Vicente A Torres

5226

João Vicente Amato Torres



Dan Abensur Gandelman

6010

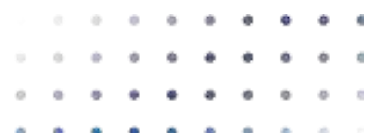
Dan Abensur Gandelman



Alessandra Lemos

7469

Alessandra Lemos



Relatório Manifestacao CFE exercício 2022_VF.docx

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: AF8DC-AEDE6-17420

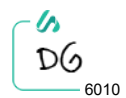


Solicitação de assinatura iniciada por: Ivania K. A. em 22/06/2023

Assinaturas



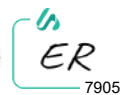
Dan Abensur Gandelman
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 23 de junho de 2023, 15:30:10 | E-mail: dan*****@ep***** | Endereço de IP: 179.83.38.215 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 114.0.0.0, Windows 10 | Celular: *****4949



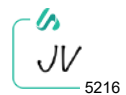
Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 26 de junho de 2023, 10:46:10 | E-mail: eli*****@ho***** | Endereço de IP: 169.150.220.155 | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 114.0.1823.58, Windows 10 | Celular: *****8152



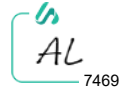
Joao Vicente A Torres
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 26 de junho de 2023, 11:09:25 | E-mail: vic****@el***** | Endereço de IP: 245.248.217.66 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 109.0.0.0, Windows 8.1 | Celular: *****9714



Alessandra Lemos
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 27 de junho de 2023, 12:20:58 | E-mail: ale***@on***** | Endereço de IP:
177.128.117.60 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 112.0.0.0,
Windows 10 | Celular: *****9842